



PATRÍCIA ALAGÔA FERREIRA

O Papel dos Centros de Apoio Preventivo na Intervenção com Crianças e Jovens em Risco

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para obtenção do grau de mestre em Serviço social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, orientada por Professora Doutora Jacqueline Marques.

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Instituto de Serviço Social

Lisboa 2023



PATRÍCIA ALAGÔA FERREIRA

O Papel dos Centros de Apoio Preventivo na Intervenção com Crianças e Jovens em Risco

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona, Centro Universitário de
Lisboa no dia 06/02/2024, perante o júri,
nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º:
512/2023 de 12 de Dezembro de 2023, com a
seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Paula Ferreira;

Arguente: Professora Doutora Fátima Gameiro;

Orientadora: Prof^a Doutora Jacqueline Marques.

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Instituto de Serviço Social

Lisboa 2023

Agradecimentos

De forma a demonstrar o orgulho que é chegar ao final desta etapa da minha vida académica e pelos altos e baixos que consegui ultrapassar durante esta etapa, chega o tão esperado momento também de agradecer a todos os que nesta participaram:

Começo por agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Jacqueline Marques, pela competência demonstrada, pela sua forma objetiva de abordar os assuntos e por não ter desistido de mim.

Aos elementos da Direção do Instituição dos Ferroviários pela possibilidade da realização deste trabalho. À Diretora Técnica por me incitar à realização deste estudo na Instituição demonstrando-se disponível para me ajudar em qualquer momento. E em especial à minha colega Fátima, pelo companheirismo sempre demonstrado.

A todas as famílias que demonstraram disponibilidade para participar no estudo e por permitirem que os seus educandos também participassem.

Às crianças e jovens integrados no Centro de Apoio Preventivo que responderam à entrevista sem colocarem oposições.

Ao meu namorado, pela paciência e carinho demonstrado e pela coragem transmitida para nunca desistir.

À minha família, em principal aos meus pais, por tudo o que sempre fizeram por mim e continuam a fazer, por todo o amor, carinho e dedicação que sempre demonstraram. Por me incentivarem a nunca desistir!

Muito Obrigado!

Resumo

O tema escolhido para esta investigação foi o Papel dos Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens em Risco (CAP) do Instituto dos Ferroviários. O facto de haver pouca informação e estudo nesta área social, chama a atenção para a necessidade de aprofundar o tema, de forma a que se consiga obter respostas sociais para o trabalho dos profissionais da área e, também, para a sociedade como um todo. Por esse motivo, este estudo procura compreender como se desenvolve a intervenção realizada junto da população que frequenta o CAP do Instituto dos Ferroviários e compreender a perceção das famílias e dos jovens que são apoiados. Assim sendo, os principais conceitos abordados neste estudo foram, o sistema de promoção e proteção em Portugal, os maus-tratos e a sua tipologia, a lei de proteção de crianças e jovens em perigo e as entidades com competência em matéria de infância e juventude sendo estas as entidades sinalizadoras dos CAP. Tendo em conta o contexto da investigação, foi adotado um cariz misto que engloba uma abordagem qualitativa e quantitativa e os participantes do estudos foram todas as crianças e jovens e suas respetivas famílias que estavam integradas no CAP até março de 2023. Os métodos de recolha de dados baseados nas análises de processo e entrevistas semi-estruturadas foram os escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa. Relativamente aos resultados obtidos com as entrevistas realizadas junto das crianças e jovens e das respetivas famílias, foi possível perceber que a grande maioria das crianças e jovens integrados no CAP têm conhecimento relativamente à importância da intervenção realizada no Centro para com eles e também com as famílias. As mesmas identificam e mencionam como mais relevante para elas os fatores de proteção promovidos pelo Centro, tais como a intervenção realizada sobre a capacidade resolutive e o acompanhamento escolar que se traduz no sucesso escolar. No que diz respeito às famílias, foi possível, de forma geral, perceber que as mesmas também mostram uma opinião bastante positiva sobre a intervenção realizada pelos técnicos e educadores que lidam diariamente com os seus educandos. Uma vez que existe pouca divulgação desta resposta na área social, este estudo acaba por trazer resultados necessários que contribuem para o conhecimento tanto da comunidade científica quanto a sociedade em geral.

Palavras-chave: Centro de Apoio Preventivo; Crianças e Jovens; Famílias; Intervenção; Prevenção.

Abstrat

The chosen subject for this investigation was the Role of Preventive Support Center for Children and Young People at Risk (CAP) of the Instituto dos Ferroviários. The fact that there is very little information and studies in this social area draws attention to the need to deepen into the topic, so that social responses can be obtained for the work of professionals in the area and, also, for society as a whole. For this reason, this investigation seeks to understand how the intervention carried out with the population that attends the CAP of the Instituto dos Ferroviários develops and to understand the perception of the families and young people who are supported. Therefore, the main concepts covered in this study were the promotion and protection system in Portugal, abuse and its typology, the children/young people in danger protection law and the entities with legal competence in matters of childhood and youth. These being the CAP signaling entities. Taking into consideration the context of the present investigation it was adopted an approach that encompasses a qualitative and quantitative perspective and the study participants were all children and young people and their respective families who were integrated into CAP until March 2023. Data collection methods based on process analysis and semi-structured interviews were chosen for the development of the research. Regarding the results obtained from the interviews carried out with children and young people and their families, it was possible to see that the majority of children and young people integrated into CAP are quite aware of the importance of the intervention carried out at the Center for them and also for their families. They identify and mention the protective factors promoted by the Center as most relevant to them. In regard of their families, it was possible, in general, to see that they also expressed a very positive opinion about the intervention carried out by the technicians and educators who deal with their children on a daily basis. As previously mentioned, as there is little published information about this social response, this study ends up bringing necessary results that contribute to the knowledge of both the scientific community and society in general.

Key-Words: Preventive Support Center; Children and Youth; Families; Intervention; Prevention

Siglas

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CAFAP	Centro de Aconselhamento Familiar e Acompanhamento Parental
CAP	Centro de Apoio Preventivo
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CNPDCJ	Comissão Nacional Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens
DGS	Direção Geral da Saúde
ECMIJ	Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
EMAT	Equipa Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais
LPCJP	Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo
MP	Ministério Público
MPP	Medidas de Promoção e Proteção

Índice

Introdução	9
Capítulo I – Enquadramento Teórico	13
1. O conceito de criança e jovem	14
2. O sistema de promoção e proteção em Portugal	15
2.1. O conceito de risco e de perigo	15
2.2. Os maus-tratos: conceito	17
2.3. Tipologia de maus-tratos	18
2.4. Estatísticas da tipologia de maus-tratos	21
2.5. Fatores de risco, de proteção e de agravamento	23
3. A lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP) – Decreto-Lei 147/99 de 1 de setembro: da definição à intervenção	24
4. Modelo de Intervenção – Modelo Ecológico	29
5. As entidades com competência em matérias de infância e juventude (ECMIJ)	31
5.1. O Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens em Risco	32
5.2. A Prevenção e a sua importância no CAP	34
5.3. A ação preventiva	35
Capítulo II – Estudo Empírico	36
1. Apresentação do Estudo – Problemática e Fundamentação	37
2. Objetivos	38
3. Participantes do estudo	39
4. Quadro de Análise	40
5. Metodologia	41
5.1. Recolha e análise de dados	41
6. Procedimentos	42
7. Questões éticas e deontológicas da investigação	43
Capítulo III – Apresentação e Análise dos Resultados	44
1. Caracterização das crianças e jovens	45
2. Perceção das famílias sobre a intervenção realizada pelo CAP	48
3. Perceção das crianças e jovens sobre a intervenção realizada pelo CAP	50
4. Discussão dos resultados obtidos	51
Conclusão	55
Referências bibliográficas	58

Apêndices	64
Tabela 1 – A perceção das famílias sobre as expectativas da intervenção do CAP	65
Tabela 2 – A perceção das famílias sobre o acompanhamento do CAP	66
Tabela 3 – A perceção das famílias sobre a intervenção do CAP	67
Tabela 4 – A perceção das crianças e jovens sobre a intervenção do CAP	69
Apêndice I – Consentimento Informado.....	71
Apêndice II – Guião de Entrevista Semi-Estruturada às Famílias.....	72
Apêndice III – Guião de Entrevista Semi-Estruturada aos Jovens.....	73

Índice de Figuras

Figura 1: Tipos de maus-tratos.....	18
Figura 2: Pirâmide de Intervenção da Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças ou Jovens.....	26
Figura 3: Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo.....	30

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise da População Alvo, tendo em conta a caracterização sociodemográfica, tipo de famílias e a situação que levou à sinalização.....	46
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Análise de dados de tipologia de maus-tratos	22
--	----

Introdução

As crianças e jovens em risco são uma realidade cada vez mais presente na nossa sociedade e a falta de respostas para a quantidade de crianças nesta situação, preocupa os profissionais da área social. A prevenção nestes casos é uma peça fundamental no *puzzle*, não existindo ainda muitas respostas sociais que se foquem na prevenção das crianças e jovens em risco.

Com isto, surge a importância do tema escolhido para desenvolver a presente investigação. A escolha deste tema foi baseada em três perspetivas, a primeira é numa perspetiva teórica, nomeadamente a necessidade de aprofundar o tema das crianças e jovens em risco, conhecer as tipologias de maus tratos existentes e quais possuem uma maior incidência nas crianças e jovens da nossa sociedade. A segunda trata-se de uma perspetiva operativa e nos termos da própria intervenção social, devido ao facto da intervenção desenvolvida pelo Centro de Apoio Preventivo (CAP) possuir pouco conhecimento e constituir-se como uma intervenção importante para as crianças e jovens que ainda não estão oficialmente numa situação de perigo, de forma a prevenir que a situação das mesmas se agrave. E, por fim, por motivos profissionais, dado ao facto da investigadora exercer a sua atividade profissional na instituição onde a presente investigação foi realizada. É importante referir que no dia-a-dia dos assistentes sociais é comum que os mesmos enfrentem situações complexas com crianças e jovens em risco, fundamentadas na falta dos cuidados básicos e, por vezes, negligência familiar. Assim, o estudo em questão, beneficiará da interação da investigadora com as crianças e jovens, bem como com as respetivas famílias e, assim, com o conhecimento adquirido irá melhorar a resposta em termos de qualidade do serviço prestado junto da população estudada.

Diante das situações de vulnerabilidade é necessário focar a intervenção social na prevenção dos maus tratos nas crianças e jovens. Para isso, existem três tipos de prevenção onde os técnicos podem atuar, dependendo do tipo de situação já existente. A prevenção primária, a secundária e a terciária, onde em cada nível existem tipos de ações preventivas diferentes. A primeira tem início na comunidade em geral através da educação e formações, a segunda passa pela identificação de famílias com maiores possibilidades de existir uma situação de risco, para que assim seja possível intervir e evitar situações de maus tratos e a terceira trata-se de uma intervenção de forma a interromper as situações de perigo já existentes. (CNPDPJ, s/d)

É importante, também, referir que quando falamos do desenvolvimento das nossas crianças, o papel principal é de responsabilidade das famílias. No entanto e, tendo em conta o número de crianças institucionalizadas que existe em Portugal atualmente, é possível perceber que existem diversos fatores que influenciam estas situações e levam a existência de situações de risco, nomeadamente a instabilidade e a ausência de suporte familiar, os baixos rendimentos, entre outros (Louro, 2012).

Tal como é referido no relatório da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJCJ, s/d) quando é proferida a palavra 'prevenção' a ideia transmitida prende-se com o facto de evitar que alguma situação alarmante aconteça. E quando falamos de maus tratos infantis, é necessário a atuação de um profissional que execute diferentes estratégias de prevenção de forma a salvar e acautelar o desenvolvimento da criança.

Neste contexto, a pergunta de partida desta investigação é entender qual o motivo que levou à integração dos jovens no Centro de Apoio Preventivo (CAP) e entender atualmente qual é a perceção das famílias sobre o trabalho realizado pelo CAP em relação aos seus educandos, tendo em conta a opinião sobre a intervenção realizada, as expectativas aquando da integração dos jovens no CAP e os resultados obtidos durante a mesma. Juntamente a isto, queremos entender também qual a perceção dos jovens sobre o impacto da intervenção do CAP na vida deles, tendo em conta parâmetros como a escola, vida familiar e socialização.

Considerando a temática e o objetivo do estudo, realizaremos entrevistas semi-estruturadas aos jovens e às suas famílias para posteriormente analisar e discutir os dados recolhidos. Irá também ser realizada uma caracterização dos jovens integrados no Centro durante o 1º trimestre de 2023, tendo em conta os dados sociodemográficos, a escolaridade, o tipo de família, o motivo pelo qual frequenta o Centro e a entidade sinalizadora.

Deste modo, passamos a descrever o trajeto onde se sustenta o objeto de estudo da presente investigação, sendo que esta, está dividida em três capítulos, explicados de seguida.

O primeiro capítulo é nomeado por enquadramento teórico e apresenta a revisão da literatura, na qual o desenvolvimento da investigação foi baseado. Este está dividido em cinco temas, em que o primeiro tema mostra-nos a evolução socio-histórica do

conceito de infância e criança e revela-nos, também, a descrição do conceito de juventude.

O segundo tema foca-se na definição do sistema de promoção e proteção em Portugal, elucidando-nos para a diferença existente entre o conceito de risco e perigo, sendo que estes conceitos são uma peça fundamental para o tema em estudo, sendo importante perceber a forma como estão interligados entre si. É, também, explicado o conceito de maus tratos, evidenciando qual a sua tipologia e posteriormente os fatores de risco, de proteção e de agravamento.

De seguida, no terceiro tema, e como não poderia faltar, é explicado o Decreto-Lei 147/99 de 1 de setembro, mais conhecido pela Lei de proteção de crianças e jovens em perigo, onde o objetivo será explicar a lei desde a sua definição à sua intervenção, enumerando também as entidades responsáveis que têm a legitimidade para a intervir, desde as Entidades com competências na matéria de infância e juventude (ECMIJ), as Comissões de Proteção Criança e Jovens (CPCJ) e o Ministério Público (MP). Neste ponto também será descrito as medidas de promoção e proteção aplicadas pelas CPCJ e MP.

No quarto ponto, será explicado o modelo de intervenção – Modelo Ecológico – desde o início da sua intervenção mostrando a teoria ecológica de Urie Bronnfenbrenner à sua avaliação, explicando a pirâmide utilizada em situações de risco, tendo em conta o modelo ecológico. É, também, de salientar que este é o modelo utilizado pelos técnicos no Centro de Apoio Preventivo.

De forma a finalizar este capítulo, será explicado que tipo de resposta social é o CAP, que trabalho realiza com os jovens e com as suas famílias. Será, igualmente, realçado todos os serviços oferecidos pela instituição às famílias e jovens que integram o centro. Tendo em conta o trabalho realizado, irá ser abordado o tema da prevenção e a sua importância dentro da resposta.

No segundo capítulo da investigação, são tratadas as questões metodológicas. Iniciando pela descrição da problemática em estudo, realçando qual a questão de partida e os objetivos gerais e específicos para a investigação. É realçada a fundamentação, ou seja, qual a razão que levou a investigadora a escolher este tema e desenvolvê-lo. No que diz respeito ao tipo de metodologia utilizada, considera-se a metodologia mista, pois irá ser utilizada a metodologia qualitativa e a quantitativa. Para a recolha de dados iremos recorrer às entrevistas semi-estruturadas e à análise de

processos. Na análise dos dados irá ser utilizado a análise de conteúdo. Não menos importante, serão mostrados os procedimentos para a realização desta investigação, seguidos das questões éticas e deontológicas a ter em conta durante uma investigação.

Por último, o terceiro capítulo foca-se na apresentação e análise dos dados recolhidos durante a investigação realizada. Assim, tentaremos entender junto das famílias acompanhadas pelo CAP durante os primeiros três meses do ano de 2023, percebendo se a intervenção é adequada as suas necessidades e se existem algum tipo de necessidades identificadas que não possuem respostas por parte da instituição. Iremos, também, perceber junto das famílias quais as suas expectativas, e se o acompanhamento realizado trouxe os resultados esperados. Junto das crianças e jovens, vamos tentar compreender se os mesmo têm conhecimento do motivo que os levou a frequentar o CAP e se a frequências destes no centro trouxe mudanças às suas vidas pessoais e à das suas famílias.

Por fim, iremos também ter em consideração a opinião de ambos os grupos no que diz respeito à intervenção realizada e se existiria algum ponto que devesse ter alguma modificação na forma de intervenção.

Capítulo I

- Enquadramento Teórico

1. O conceito de criança e jovem

A infância é um conceito recente, sendo que no século XII não existia tempo para se viver este período. As crianças não tinham direito a nenhum tratamento diferenciado dos adultos e, a partir do momento que demonstravam a sua independência física, eram utilizadas como instrumentos de manipulação dos adultos (Ariès, 1978). Só a partir do século XVIII surgem condições e mudanças essenciais que alteram a relação das crianças com os adultos (Reis, 2009).

Platão (2010) descreve a criança dos séculos passados como “entre todas as criaturas selvagens, a criança é a mais intratável; pelo próprio fato dessa fonte de razão que nela existe ainda ser indisciplinada, a criança é uma criatura traiçoeira, astuciosa e sumamente insolente, diante do que tem que ser atada, por assim dizer, por múltiplas rédeas” (p.302). Existem vários autores que nos elucidam que as crianças eram ignoradas nos tempos medievais, entre eles, Ariès (1978) e Platão (2010) enfatizam o facto de toda a criança que já demonstrasse independência não necessitava do apoio dos adultos, não existindo sequer material e linguagem adaptado à infância.

A criança apenas começa a ter os seus direitos assegurados com a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959, com a Declaração dos Direitos das Crianças e, mais tarde, em 1989, com a Convenção dos Direitos das Crianças que é reconhecida em Portugal em 21 de setembro de 1990.

Os documentos atrás mencionados consideram a criança como todo o ser humano que ainda não atingiu os dezoito anos de idade. Note-se que alguns autores igualam o conceito de criança ao conceito de infância, contudo a infância é considerada uma etapa da vida e a criança considera-se um sujeito histórico, social e cultural (Lustig, et al. s/d).

Por outro lado, quando nos referimos ao conceito de juventude, este resume-se a uma categoria sociológica, que aponta para o processo de preparação para os jovens assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar como no profissional (Silva & Lopes, 2009). Sendo designada como uma categoria social, a juventude encontra-se frequentemente em fase de construção e reconstrução, distinguindo-se de forma espacial e temporal (Cassab, 2010).

A Organização Mundial da Saúde define como limites cronológicos da adolescência o período entre os 10 e os 19 anos de idade. Já a Organização das Nações

Unidas limita a adolescência à idade compreendida entre os 15 e os 14 anos (Einstein, 2005 cit in WHO, 1986). Reconhece-se que durante esta etapa da vida do ser humano, existe um crescimento notório em todos os aspetos, desenvolve-se a identidade, as amizades e os relacionamento duradouros, e a maturidade social, intelectual e emocional. Daí considerarmos que seja a altura mais marcante na vida de todos os indivíduos.

2. O sistema de promoção e proteção em Portugal

2.1. O conceito de risco e de perigo

O Sistema de promoção e proteção enquadra as crianças e jovens em situação de Perigo. No entanto, considerou-se importante antes de analisar esse conceito expor o conceito de risco.

As situações de risco passaram a ser explicadas pelas características psicológicas dos agressores e das vítimas, pois este conceito teve o contributo de outras áreas, nomeadamente da Psicologia (Fernandes & Tomás, 2016). A criança em risco, conforme Sousa e Carvalho, é aquela que tem uma maior hipótese das suas necessidades e o seu desenvolvimento serem comprometidos, pelas suas especificidades ou pelo seu enquadramento sociofamiliar (Sousa & Carvalho, 2015 cit in Silva, 2021).

A situação de risco na infância leva-nos, então, à sujeição que as crianças e jovens têm de virem a sofrer algum tipo de dano. Existem algumas situações, fatores e contextos, que elevam a possibilidade de uma criança estar em situação de risco, aliás como refere Ramos (2008), “crianças em risco ou maltratadas são normalmente oriundas de meios onde existe um vazio nas relações e em que a constância e a qualidade das ligações emocionais são fracas” (p.85).

O risco pode ser dividido em duas dimensões, a positiva e a negativa, ou seja, podemos encarar o risco quer como um fator de dinamismo e mudança social, quer como fator de incerteza e medo (Fernandes & Tomás, 2016).

A situação de risco deve-se a alguns fatores, chamados fatores de risco que são definidos como condições existenciais, na criança ou em seu ambiente, que acarretam um risco de morbilidade mental superior ao observado na população em geral (Reis, 2009, p. 143). De acordo com Reis (2009) existem quatro tipo de fatores de risco: i)

fatores relacionados a situações familiares: organização e dinâmica familiar. ii) fatores pessoais e comportamentais da criança: vulnerabilidade, temperamento entre outros; iii) fatores pessoais e comportamentais dos pais: agressividade, traços psicopatológicos; iv) fatores sociais: inclui os baixos rendimentos, o nível de educação, profissão, entre outros (p.147).

Enquanto na situação de risco consideramos que poderá existir a probabilidade de acontecer alguma situação gravosa, a situação de perigo remete-nos para a situação de perigo já efetiva. O risco e o perigo são dois conceitos que estão ligados entre si do ponto de vista da prática, mas distintos do ponto de vista conceptual. Normalmente uma situação de risco transforma-se em situação de perigo: quanto mais fatores e condições de risco existam e quanto maior for a exposição aos mesmos fatores, maior é a probabilidade de se transformar em perigo.

A situação de perigo, não é algo novo, no entanto ganhou maior ênfase há pouco tempo, com as alterações da conceção da infância e com o surgimento de documentos legais explicativos (Fonseca & Tomás, 2004). Martins (2001, citado em Fonseca & Tomás, 2004) afirma que a maior ênfase nas situações de perigo devem-se ao destaque de quatro fatores: o desenvolvimento da consciência que a criança é um ser que necessita de cuidados específicos através do desenvolvimento das áreas da pediatria, psicologia e pedagogia; o aumento do tempo de infância; a inexistência de conhecimento das situações de perigo e; a tomada de consciência sobre a existência destas situações (p.392).

Em Portugal, o conceito de perigo encontra-se abrangido pelas regras jurídicas, estando a sua descrição incluída no artigo 3º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (DL nº 147/99 de 1 de setembro), que refere que uma criança em perigo é aquela que:

Está abandonada ou vive entregue a si própria; Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

Resumidamente, a criança e o jovem está em perigo, e por isso legitima-se a intervenção do sistema de promoção e proteção, quando a família ou o seu responsável legal coloca em perigo a sua “segurança, formação, saúde, educação ou desenvolvimento” ou então que a situação de perigo seja o resultado de uma ação ou omissão de outros, a que a pessoa responsável não se oponha (DL 147/99 de 1 de setembro).

2.2. Os maus-tratos: conceito

Apenas em meados dos anos 80 é que a problemática dos maus-tratos ganhou ênfase em Portugal, com uma reunião organizada pela Sociedade Portuguesa de Pediatria onde o tema se debruçou sobre “A criança maltratada”. Na década de 90, assiste-se em Portugal, a dois momentos fundamentais para esta matéria: a retificação da Convenção dos Direitos da Criança e a criação da LPCJ (Rodrigues, 2020).

Os maus-tratos em crianças e jovens constituem um problema complexo e implicam uma situação de perigo, pois os seus direitos básicos estão a ser violados e as suas necessidades básicas não estão a ser satisfeitas.

No que concerne à definição do conceito de maus-tratos, não existe uma definição universal, no entanto todas se baseiam numa ideia semelhante. Magalhães (2010) define maus-tratos como “qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carência nas relações interpessoais, num contexto de uma relação de dependência (física, emocional, psicológica), confiança e poder” (p.7). Já Duque (2008) refere que os maus-tratos são uma “imposição de danos físicos a uma criança, geralmente pelo seu responsável. Estas lesões têm um aspeto que se reveste de diferente gravidade, onde se enquadram lesões mínimas até graves ou mesmos fatais” (p.3). A Organização Mundial de Saúde (2006), descreve os maus-tratos como uma situação que envolve todo e qualquer ato de abuso e negligência onde envolve todo o tipo de violência, como violência sexual, psicológica, física e negligência num indivíduo com idade inferior a 18 anos e que este suceda num dano para o bem-estar e dignidade da criança ou jovem.

Alberto (2010) chama-nos à atenção para questão das diferenças nos vários grupos sociais, ou seja, quando observamos situações de perigo tipificadas na lei,

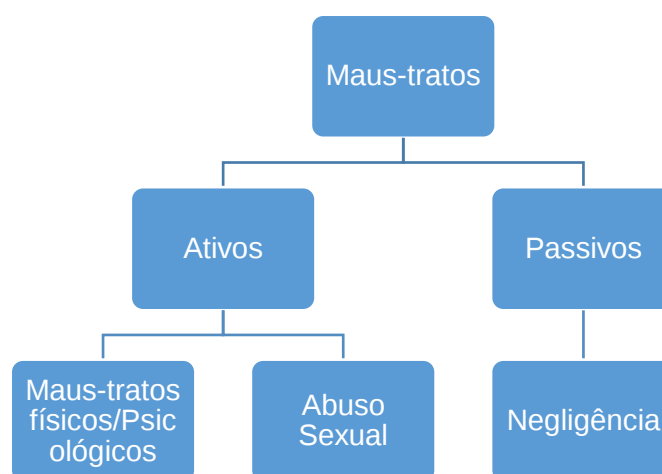
quando são analisadas tem de se ter em conta as questões culturais, no entanto o que prevalece sempre é o que está escrito na lei. Também Magalhães (2005) alerta para a importância dos aspetos culturais, a época e o meio em que ocorrem os maus tratos.

Uma criança e/ou jovem que durante a sua infância ou juventude sofra de maus-tratos, apresentará alguns problemas no seu desenvolvimento, na sua saúde e bem-estar, na segurança, autonomia e autoestima, bem como na sua dignidade.

2.3. Tipologia de maus-tratos

Existe uma variedade de situações que constituem a prática de maus-tratos, os quais podem apresentar diferentes formas clínicas e que estão por vezes associadas. A tipologia de maus-tratos está classificada em duas grandes categorias: os ativos e os passivos. Tal como podemos ver na figura abaixo.

Figura 1: Tipos de maus-tratos



Fonte: Elaboração própria com base no guia de orientações da CNPDPCJ.

Os maus-tratos que se inserem na categoria de ativos, estão relacionados com o uso da força, o uso de uma linguagem agressiva desadequada à idade da criança ou jovem. Dentro desta categoria encontram-se os maus-tratos físicos, psicológicos, o abuso sexual e a síndrome de Mauchausen por procuração (Gomes, 2018). Estes maus-tratos são atos que deixam marcas físicas, psicológicas ou sexuais.

Já os maus-tratos que se inserem na categoria de passivos são todos aqueles que derivem de uma omissão ou escassez de cuidados que comprometem o bem-estar da criança ou jovem. Nesta categoria insere-se a negligência (Magalhães, 2005).

Além dos tipos de maus-tratos enumerados acima, irá ser explicado também os maus-tratos pré-natais e o trabalho infantil.

2.3.1. Maus-tratos físicos

Representam os maus-tratos físicos todos os atos intencionais sejam estes repetidos ou isolados, que provoquem ou possam a vir a provocar algum dano na criança ou jovem.

Considera-se que estes são os tipos de maus-tratos mais fáceis de serem identificados, devido às marcas visíveis que deixam no corpo da vítima. Alguns exemplos deste tipo de maltratos são murros, bofetadas, queimaduras, mordeduras, pontapear, sacudir, entre outros (CNPDCJ, s/d).

2.3.2. Maus-tratos psicológicos

Estes tipos de maus-tratos abrangem o desenvolvimento psicológico da criança ou jovem. Considera-se que estes tipos de abuso são os mais difíceis de identificar/denunciar devido ao facto de não deixarem marcas e difíceis de provar, no entanto, deixam cicatrizes invisíveis que implicam no desenvolvimento da criança/jovem (Pereira & Santos, s/d).

O abuso emocional é definido por Costa (2020) como a “adoção intencional de comportamentos que privam a criança ou o jovem das suas necessidades emocionais básicas, assim como de um ambiente seguro e de bem-estar afetivo, indispensável ao seu crescimento, desenvolvimento e equilíbrio” (p. 25).

A CNPDCJ revela alguns exemplos de maus-tratos psicológicos: ignorar, insultar, aterrorizar a criança ou jovem, ameaçar, humilhar, entre outros. Todos estes comportamentos, por parte da figura de referência para a vítima, podem resultar em sérios impactos no desenvolvimento integral da criança ou jovem.

2.3.3. Abuso sexual

Esta tipologia de maus-tratos, é a única situação de perigo para uma criança ou jovem, que está tipificado pelo código penal português, no artigo 171º. O abuso sexual é definido como “qualquer ato sexual, ou tentativa de ato sexual, avanços ou comentários sexuais indesejados, assim como quaisquer outros contactos e interações de natureza sexual entre um adulto” (APAV, 2011). O abuso sexual pode ser intra ou extrafamiliar, sendo que o intrafamiliar é o mais frequente, e este pode ser ocasional ou repetido (Magalhães, 2005).

Segundo a CNPDCJ (s/d), o abuso sexual pode diferenciar-se em dois tipos: i) Abuso sexual sem contacto físico que inclui os casos de sedução verbal explícita, atos de carácter exibicionista, exposição dos órgãos sexuais com o objetivo de obter gratificação ou excitação sexual e masturbação, ou realização intencional do ato sexual na presença da criança a fim de obter gratificação sexual; ii) Abuso sexual com contacto físico, aqui o contacto sexual realiza-se pelo toque intencional de zonas erógenas da criança, ou forçando, incentivando ou permitindo, a esta última, fazê-lo nas zonas erógenas do adulto; O ato sexual realiza-se com penetração do órgão sexual masculino (vaginal ou anal), ou com objetos (vaginal ou anal), ou através de sexo oral.

Considera-se que seja uma situação de maus-tratos que demonstra alguma dificuldade em se identificar, no entanto existem alguns indícios que podem auxiliar na identificação do mesmo, nomeadamente lesões externas nos órgãos genitais, fissuras anais, presença de espermatozoides no corpo da criança, entre outros (Leça et al., 2011)

2.3.4. Negligência

A negligência é descrita com a incapacidade da pessoa responsável pela criança de lhe satisfazer as suas necessidades básicas, tais como a higiene, a alimentação, o afeto, a educação e a saúde, ou seja, as necessidades para o seu desenvolvimento e crescimento apropriados. Segundo Magalhães (2005) a negligência pode-se evidenciar: i) de forma involuntária quando resulta da falta de conhecimento e da incompetência por parte dos progenitores para assegurar as necessidades; ii) de forma voluntária quando existe o objetivo de causar algum dano à criança ou jovem.

Camilo e Garrido (2013) enumeram quatro tipos de negligência: a negligência física, a falta de supervisão, a emocional e a educacional. As autoras descrevem cada

tipo de negligência da seguinte forma: na negligência física os atos estão relacionados com problemas de saúde, desde a má nutrição, a problemas respiratórios e/ou digestivos. Quando se fala negligência por falta de supervisão são atos que colocam a integridade física em causa. No que concerne à negligência emocional, a vítima sofre com problemas nas relações interpessoais, tornando-se pessoas isoladas e antissociais. Por último, a negligência educacional, prende-se com o facto da criança e/ou jovem se encontrar em absentismo ou abandono escolar.

2.3.5. Síndrome de Munchausen por procuração

Esta forma de maus-tratos não é tão reconhecível, sendo que é um tipo de maus-tratos menos frequente. É considerada de difícil diagnóstico devido à falta de sintomas, de sinais de abuso, dado que estes são nulos e impostos de forma fraudulenta (Leça et al., 2011). Este tipo de maus-tratos define-se como fingimento e indução de sintomas, o que leva a procedimentos diagnósticos e hospitalizações constantes da criança desnecessárias. Estes acontecimentos são levados, em regra, a cabo por um familiar próximo, de forma a preencher vazios psicológicos (Dantas, 2020).

Segundo a Leça et al. (2011), são exemplos deste tipo de maus-tratos as seguintes ações: administrar uma droga na criança para criar algum tipo de sintomas; adicionar sangue ou contaminantes às amostras de urina; provocar semi-sufocação para alegar o problema de apneia.

2.4. Estatísticas da tipologia de maus-tratos

Tendo em conta os Relatórios anuais das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2021 e 2022, conseguimos perceber que as situações de perigo comunicadas à comissão com origem em maus-tratos físicos, encontram-se em quinto lugar das situações sinalizadas, com um total de 2332 situações. Em relação ao ano anterior, verificou-se um aumento de 306 situações. Trata-se, segundo a mesma fonte, de um tipo de maus-tratos com maior incidência género masculino.

No que diz respeito aos maus-tratos psicológicos surgem, numa posição posterior aos maus tratos físicos, com um total de 1623 situações comunicadas. Existiu, igualmente, um aumento de 252 comunicações em relação ao ano 2021. Ao contrário dos maus-tratos físicos, os maus-tratos psicológicos incidem no género feminino.

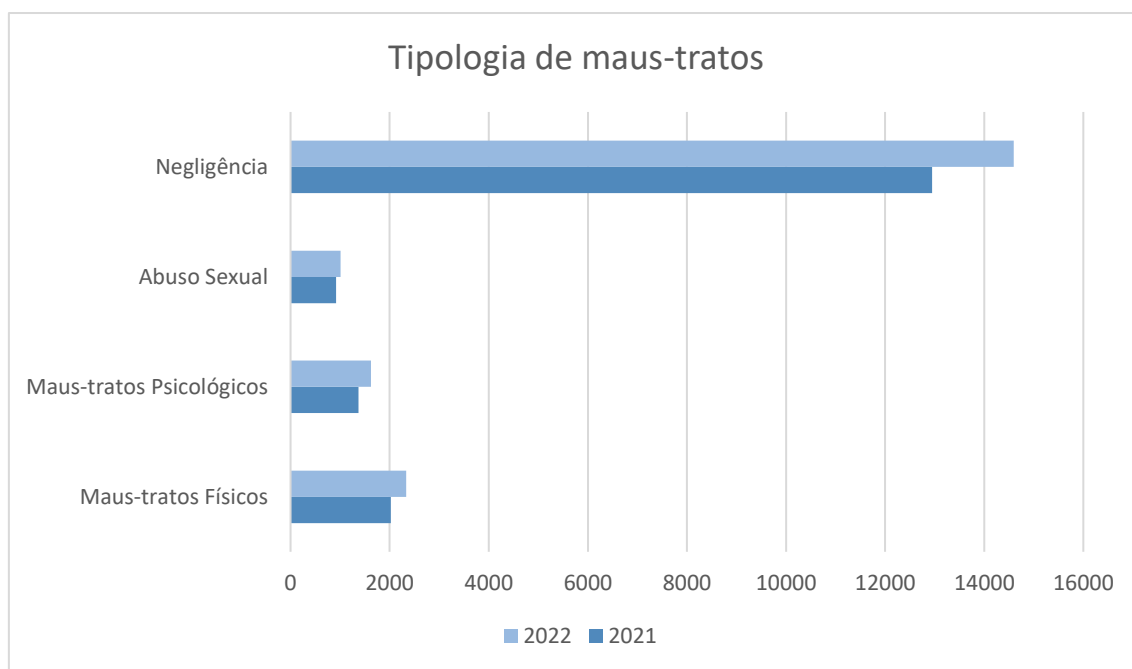
Relativamente à categoria de abuso sexual, surge em sétimo lugar, com um total de 1009 situações comunicadas. Em comparação com o Relatório Anual de 2021, nota-se um aumento de mais 90 comunicações feitas em 2022 de abuso sexual. O abuso sexual incide a maioria no género feminino.

Para finalizar, a categoria de negligência é a segunda situação de perigo mais comunicada às Comissões de Proteção, com um total de 14597 comunicações. Tal como nas outras situações de maus-tratos descritas existiu uma subida de 1651 comunicações entre 2021 e 2022. Esta situação em concordância com os maus-tratos físicos, ocorre mais vezes no género masculino.

A síndrome de Munchausen, nos relatórios anuais, encontra-se incluído dentro da categoria de negligência, não existindo assim dados específicos sobre esta tipologia.

Tendo em conta a análise dos dados explicados a cima, foi possível contruir o gráfico abaixo, para uma melhor compreensão do aumento das situações em cada tipologia de maus-tratos.

Gráfico 1- Análise de dados de tipologia de maus-tratos



Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios das CPCJ 2021 e 2022

2.5. Fatores de risco, de proteção e de agravamento

Para se entender o perigo, é necessário caracterizar e distinguir as variáveis existentes no meio da criança, como família e o seu contexto de vida, que podem funcionar como fatores de risco e/ou de agravamento, mas também como fatores de proteção.

Segundo a Leça et al. (2011) os fatores de risco definem-se como qualquer tipo de influência que aumente a chance de ocorrer ou de se manter uma situação de maus-tratos. Os fatores de risco são variáveis individuais (físicas, psicológicas e sociais) que devido ao seu enquadramento podem agilizar mudanças que impossibilitem o desenvolvimento e socialização do menor. No entanto, este tipo de fatores não indicam a presença de maus-tratos, mas indicam-nos a probabilidade de vir acontecer (Leça et al., 2011). Os fatores de risco nas crianças/jovens, segundo os mesmos autores, são considerados o nascimento prematuro, filho não desejado, doenças físicas ou psíquicas, problemas de comportamento, excessiva dependência ou insatisfação das expectativas dos progenitores. Também existem os fatores de risco por parte das famílias, nomeadamente perturbações emocionais, défice de competências parentais, vítimas de maus-tratos na infância, entre outros.

Magalhães (2005) enumera também fatores contextuais de onde podem surgir situações de maus-tratos. Estes dividem-se em duas características contextuais: contexto familiar e contexto socio e cultural.

A mesma autora refere alguns exemplos de ambas as características referida acima, sendo que no contexto familiar entendemos como fatores de risco famílias monoparentais; famílias com muito filhos; gravidez indesejada e famílias com problemas socioeconómicos, relações disfuncionais entre os progenitores, extrema pobreza entre outros. Já no que diz respeito ao contexto socio e cultural enumera fatores de risco como a atitude social que existe para com as crianças, a atitude social em relação a uma conduta violenta e atitude social para com a família.

Em oposição aos fatores de risco surgem os fatores de proteção que também são considerados variáveis individuais (psicológicas, sociais e físicas), mas que se manifestam de forma diferente, ou seja, apoiam e contribuem para o desenvolvimento integral favorável do menor. Os fatores de proteção representam um mecanismo de proteção das consequências que advém das situações de maus-tratos por que passaram, isto acontece quando existe um equilíbrio ou a remoção dos fatores de risco

devido às características individuais da criança (Leça et al., 2011). Na perspetiva dos mesmos autores, os fatores de proteção nas crianças/jovens são um desenvolvimento global positivo, vinculação positiva à família, sucesso escolar, capacidade de resolução de problemas. No que diz respeito aos fatores de proteção na família salienta-se a qualidade positiva das competências parentais, a existência de uma rede de suporte familiar, a organização familiar positiva e a capacidade económica.

Existem ainda, os fatores de que desencadeiam os fatores de risco, nomeados de fatores de agravamento, segundo a Leça et al. (2011), se definem como situações ou acontecimentos na vida da criança ou da família que alteram a dinâmica e podem-se precipitar na ocorrência de maus tratos. Alguns exemplos destes acontecimentos são o divórcio dos progenitores, doenças graves, perda de emprego, o luto, entre outros (Costa, 2020).

3. A lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP) – Decreto-Lei 147/99 de 1 de setembro: da definição à intervenção

A primeira lei com o intuito de proteção dos menores em risco, foi criada em 27 de maio de 1911, nomeada de Lei de Proteção à Infância, tinha como objetivo: “prevenir não só os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores de ambos os sexos de menos de dezasseis anos completos, ou comprometer a sua vida ou saúde” (artigo 1º da LPI).

É em 1999 (1 de setembro de 1999) que ocorre em Portugal a terceira reforma em matéria de proteção de infância e juventude, com a publicação de duas leis: Lei Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 1 de setembro), que contém seis alterações, sendo a mais recente a Lei nº 23/2023, de 25 de maio. A Lei tutelar educativa (Lei 166/99 de 14 de setembro) que contém apenas uma alteração com a Lei nº4/2015 de 15 de janeiro. Surge, assim, uma alteração da intervenção, por parte do Estado, junto das crianças com a distinção da intervenção de proteção e promoção - com crianças e jovens em perigo - e a intervenção educativa - com crianças e jovens que cometeram qualquer ato ilícito (Guerra, 2022).

A LPCJP¹ tem como objetivo a “promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Artigo 1º de DL 147/99 de 1 de setembro). Aplica-se a todas as crianças e/ou jovens

¹ As definições apresentadas abaixo contém as alterações da Lei nº 23/2023 de 25 de Maio.

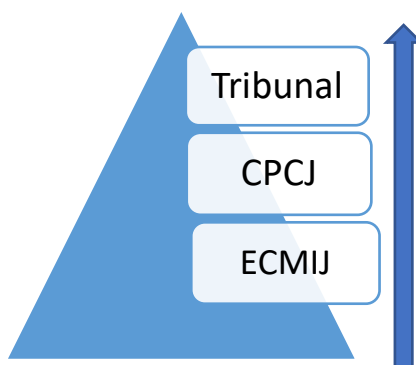
que residam ou se encontrem em território nacional. A intervenção está limitada a crianças até aos 18 anos, embora possa ser alargada até aos 21 anos de idade, quando o jovem requer, antes de completar os 18 anos, a intenção de continuar a ser acompanhada. Com a revisão do diploma em 2017 a intervenção protetiva estendeu-se aos jovens com 25 anos desde que, para além da manifestação da vontade da manutenção do acompanhamento, estejam a estudar, em processos educativos ou de formação profissional.

Todos os profissionais que trabalham com esta população-alvo e que baseiam a sua intervenção na promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, vêm a sua intervenção orientada pelos princípios fornecidos pela lei. O artigo 4º do decreto de lei nº 147/99 de 1 de setembro, define dez princípios orientadores da intervenção, sendo estes: i) O interesse superior da criança ou jovem remete-nos para a importância de serem assegurados os direitos e interesses do menor; ii) direito à privacidade onde se tem em conta o direito à imagem, a reserva da sua vida privada e a sua intimidade; iii) intervenção precoce esta decorre logo de forma imediata à situação de perigo; iv) intervenção mínima apenas as entidades com competências e cuja a sua ação seja indispensável devem intervir; v) Proporcionalidade e atualidade que diz que todas as situações são diferentes e por isso tem de haver uma ação necessária e adequada a cada caso e só podem interferir na medida que é estritamente necessário; vi) responsabilidade parental, os pais devem assumir os seus deveres para com as crianças e jovens; vii) primado da continuidade das relações psicológicas profundas ou seja, a intervenção deve ter em conta as relações afetivas de grande significado para a criança; viii) prevalência da família deve-se dar primazia às medidas que integrem em família, seja esta a família biológica ou a adoção por um agregado familiar estável; ix) obrigatoriedade de informação entende que a criança ou jovem e suas famílias ou responsáveis legal, devem ser informados dos seus direitos, motivos e da forma como a intervenção se desenrola; x) audição obrigatória e participação devem participar nos atos e na definição da medida de promoção e proteção; xi) subsidiariedade a intervenção deve ser sucessiva, iniciando sempre pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, seguindo-se das comissões de promoção e proteção de crianças e jovens e em última instância os tribunais.

Como referimos um dos princípios da lei é a subsidiariedade, já que a sua implementação implica o trabalho em conjunto, e em diferentes patamares, de diversas entidades. Assim, a intervenção para a promoção dos direitos e da proteção da criança

ou jovem em perigo é da competência das entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ), das comissões de proteção de criança e jovens (CPCJ) e dos tribunais com a assessoria técnica do serviços da segurança social (e da santa casa da misericórdia no caso de Lisboa) (artigo 6º do DL 147/99).

Figura 2: Pirâmide de Intervenção da Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças ou Jovens



Fonte: Elaboração própria com base no guia de orientações da CNPDPCJ (s/d).

Tal como a seta da figura 2 nos indica, a intervenção é realizada começando pela base da pirâmide para o topo. Na base encontra-se a atuação das entidades com competência em matéria de infância e juventude, esta apenas pode intervir com o consenso de todos os envolvidos no processo, ou seja, dos pais ou representante legal e da criança com idade igual ou superior a 12 anos, ou seja, e segundo Guerra (2022), trata-se de uma intervenção consensual. Note-se que estas entidades não têm competência para aplicar medidas de promoção e proteção, quando não é possível a atuação das entidades de primeira linha de forma adequada para a remoção do perigo ou quando se trata de situações urgentes e graves, seguimos para a etapa seguinte, as CPCJ.

As CPCJ são “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (artigo 12º, nº1, DL 147/99). Para desenvolver a sua intervenção, e por serem entidades não judiciais, requerem o consentimento escrito dos pais ou representante legal da criança ou jovem e a não oposição da criança/jovem com idade igual ou superior a 12 anos, ou seja, trata-se, segundo Guerra (2022), de uma intervenção consentida. O consentimento tem de ser de ambos os progenitores exceto algumas exceções (Guerra,

2022). Ao contrário das ECMIJ, as comissões têm competências para aplicar as medidas de promoção e proteção.

No topo da pirâmide encontra-se o Tribunal e Ministério Público (MP) que “intervém na promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens em perigo, nos termos da presente lei, podendo exigir aos pais, ao representante legal ou a quem tenha a sua guarda de facto os esclarecimentos necessários” (Artigo 72º, nº1, DL 147/99). Esta entidade apenas atua nos seguintes casos: não existência de CPCJ no município, quando sejam retirados os consentimentos para a intervenção das comissões ou quando o acordo é reiteradamente incumprido, quando existe oposição da criança ou jovem, quando o MP considere a atuação das comissões ilegal ou inadequada, ou quando as comissões têm conhecimento da situação no prazo de seis meses e não tenha proferido qualquer decisão. Esta atuação pode ou não, ser considerada consensual, já que não depende do consentimento ou não oposição dos intervenientes, e resulta na homologação pelo tribunal de um acordo de promoção e proteção, ou então uma decisão judicial de mérito sem acordo (Guerra, 2022).

Após a realização da intervenção, a LPCJP dá-nos a conhecer as medidas de promoção e proteção (MPP), em que a sua finalidade é “afastar o perigo em que estes se encontram; proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e de desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (artigo 34º do DL 147/99).

A legislação portuguesa compreende três tipos de medidas de promoção e proteção: as medidas em meio natural de vida, as medidas em regime de colocação e a confiança a uma pessoa a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.

As medidas em meio natural de vida são: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança à pessoa idónea, apoio para autonomia de vida (artigo 35º, alíneas a) a d) da DL 147/99). Estas medidas têm como objetivo “proporcionar condições adequadas ao seu desenvolvimento integral, através de apoio psicopedagógico e social e, quando necessário, de apoio económico” (artigo 3º do DL 12/2008). Seguindo os artigos 39º, 40º, 43º e 45º, da Lei 147/99 de 1 de setembro, as medidas em meio natural referem-se ao:

- Apoio junto dos pais – apoia a criança de forma psicopedagógica e social e, quando necessário, o apoio económico.
- Apoio junto de outro familiar – coloca a criança ou jovem à guarda de outro familiar com quem resida, ou a quem seja entregue e apoia a criança ou jovem de forma psicopedagógica e social e, quando necessário, o apoio económico.
- Confiança à pessoa idónea – coloca a criança ou jovem à guarda de uma pessoa não pertencente à família, mas que, no entanto, tenham estabelecido uma relação de afetividade recíproca.
- Apoio à autonomia de vida – proporciona ao jovem com idade superior a 15 anos apoios económico, psicopedagógico e social, com o propósito de lhe possibilitar condições que o habilitem a viver por si e a conquistar a sua autonomia de vida.

As medidas em regime de colocação são as medidas de acolhimento familiar ou acolhimento residencial (artigo 35º, alíneas e) e f) do DL 147/99). O acolhimento familiar corresponde à “atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando proporcionar à criança ou jovem a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral” (artigo 46º do DL 147/99). Esta medida visa a reintegração da criança ou jovem tanto na família como a uma pessoa idónea quando estas reúnem condições para instituir uma relação de afetividade entre os envolvidos (artigo 2º, nº 2 do DL 139/2019). O Decreto-Lei 139/2019, define ainda a finalidade desta medida: fornecer condições adequadas à criança ou jovem de forma a satisfazer todas as suas necessidades; assegurar laços afetivos, segurança e estabilidade para a sua estruturação e seu desenvolvimento harmonioso da personalidade; obtenção de competências que os façam valorizar pessoalmente, socialmente e profissionalmente e fornecer condições que contribuam para a construção da sua identidade e da sua história de vida. Já o acolhimento residencial refere-se à “colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanente, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (artigo 49º nº 1 do DL 147/99) e visa a criação de condições para satisfazerem as suas necessidades físicas, psíquicas, sociais e emocionais, e o efetivo exercício dos direitos das crianças ou

jovens. Esta medida, em regra, tem por base a possibilidade da reintegração da criança ou jovem na sua família ou em meio natural de vida (artigo 2º, nº2, DL 164/2019). O Decreto-Lei 164/2019 estabelece como objetivos desta medida: satisfazer todas as necessidades da criança; assegurar laços afetivos, segurança e estabilidade para a sua estruturação e seu desenvolvimento harmonioso da personalidade; minimizar os danos que resultam da exposição à situação de perigo; obtenção de competências que os façam valorizar pessoalmente, socialmente e profissionalmente; fornecer condições que contribuam para a construção da sua identidade e da sua história de vida e obtenção gradual da autonomia pretendendo a integração social, escolar, comunitária e profissional.

A terceira medida, insere-se tanto nas medidas de meio natural de vida como nas medidas de colocação (artigo 35º, alíneas g) do DL 147/99) e trata-se da confiança a uma pessoa a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção, tem como objetivo, tal como o nome indica, a entrega da criança a uma família ou a uma instituição já com o projeto de vida de adoção. Esta medida apenas pode ser aplicada pelos tribunais (artigo 38º-A do DL 147/99).

4. Modelo de Intervenção – Modelo Ecológico

No âmbito da intervenção com crianças e jovens em perigo foi instituído como modelo de intervenção, o modelo ecológico de Urie Bronnfenbrenner em 1979, o qual considera que o desenvolvimento humano depende das características biopsicológicas e dos contextos em que estão inseridos (Shirley, 2015).

Quando nos referimos a este modelo, temos de ter em conta os quatro elementos multidirecionais que estão ligados entre si, designa-se também por modelo PPCT: pessoa-processo-contexto-tempo. Martins e Szymanski (2004) explicitam-nos qual o significado que cada elemento considerado neste modelo: i) pessoa onde se tem em conta as características biológicas, emocionais e cognitivas, bem como as características do seu desenvolvimento; ii) processo define-se como as interações do indivíduo e as suas atividades diárias; iii) contexto refere-se ao meio ambiente onde decorre o processo de desenvolvimento do indivíduo em questão; iv) tempo retrata as mudanças que vão ocorrendo, quer a nível histórico, quer a nível familiar.

O princípio base deste modelo é compreender o desenvolvimento do indivíduo tendo em conta o contexto/ambiente em que se desenvolve (Santos, 2019), para isso o autor do modelo identifica cinco sistemas que podem influenciar o modelo de forma hierárquica: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema.

O microssistema é definido como o primeiro ambiente onde a criança está inserida, sendo estes considerado a família, a creche ou a escola. O mesossistema indica-nos as inter-relações que ocorrem no primeiro sistema sendo este ampliado cada vez que se é inserido num novo ambiente. Dá-se como exemplo as relações desenvolvidas pelos indivíduos nos ambientes em que está inserido. O exossistema difere do sistema anterior, na perspetiva em que o indivíduo não é participante ativo, mas acaba por ser influenciado indiretamente afetando o seu desenvolvimento. Exemplos destes ambientes é o local de trabalho dos pais, a rede de amigos dos pais. Por último, o macrossistema onde se tem em conta o padrões culturais e ideologias do ambiente em que indivíduo está inserido (Bronfenbrenner, 1996, citado em Martins & Szymanski, 2004).

Shirley (2015) identifica-nos ainda o cronossistema e define como as alterações dos indivíduos e as alterações ocorridas ao longo da sua vida. Estas alterações estão interligadas entre si e onde ocorrem as transições normativas (nascimento de filhos, casamentos) e as transições não normativas (desemprego, morte precoce de familiares).

Na teoria do modelo ecológico de Urie Bronfenbrenner, baseia-se também o sistema de avaliação do modelo ecológico. Este modelo tem como base uma pirâmide centrada na proteção e promoção dos direitos das crianças tal como se vê abaixo:

Figura 3: Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo



Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000), Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families, London: The Stationery Office.

Este modelo de avaliação foi concebido pelo governo inglês e proporciona uma intervenção e avaliação bem fundamentada nas situações de risco e perigo. Quando exista uma situação de perigo o técnico responsável articula com todos os envolvidos e elabora um diagnóstico com base em três categorias: Necessidades de desenvolvimento da criança; as competências parentais e os fatores familiares ecológicos.

Posto isto, a avaliação diagnóstica também se baseia nas mesmas três categorias tendo em conta aspetos diferentes, ou seja, para poder avaliar uma criança/jovem é necessários ter em conta os fatores familiares ecológicos – histórico de funcionamento familiar, situação profissional, família alargada, rendimento familiar, condições de habitação e os recursos comunitários, após esta avaliação podemos ter conta a necessidades de desenvolvimento da criança, tais como: a capacidade de autonomia, apresentação, o relacionamento social e familiar, a saúde, educação e o desenvolvimento educacional e comportamental, para perceber se estas necessidades são asseguradas há que ter em conta as competências familiares para assegurar os seguintes domínios: afetividade, segurança, cuidados básicos, higiene, estimulação, estabilidade e estabelecimento de regras (Tavares, 2022).

Tendo em conta que o modelo do desenvolvimento ecológico, de Urie Bronnfenbrenner, é o modelo de intervenção mais utilizada na prática pelos profissionais que executam a sua intervenção com a população das crianças e jovens em risco, deu-se a importância de explicitar a forma de intervenção deste modelo.

5. As entidades com competência em matérias de infância e juventude (ECMIJ)

Tendo em conta que o objeto do estudo vai ser efetuado no âmbito de uma instituição que está integrada nas ECMIJ, considera-se importante analisar o papel destas entidades.

As ECMIJ são as entidades que se situam na base da pirâmide de intervenção no sistema de promoção e proteção das crianças e jovens em risco e perigo. Estas entidades visam “promover ações de prevenção primária e secundária (...) a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem” (artigo 7º, nº1, DL 147/99). São consideradas entidades de primeira linha devido à proximidade e ao seu

envolvimento comunitário o que consolida a sua ação e intervenção de forma a evitar as situações de perigo (Guerra, 2022).

Segundo Guerra (2022) os níveis e orientações desta intervenção são bastante diversos pelo que não permite delinear um modelo de intervenção único para estas entidades, posto isto a LPCJP reserva a cada entidade a formação das próprias regras em conformidade com cada intervenção. Apesar dessa variedade, e tal como já foi explicitado, estas entidades apenas podem intervir se houver o consentimento por parte dos pais, ou do representante legal e a não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos.

Segundo o artigo 7º do DL 147/99 de 1 de setembro estas entidades têm como funções a avaliação, o diagnóstico e a intervenção nas situações de risco ou perigo; implantar métodos de intervenção adequados à atenuação ou eliminação dos fatores de risco; elaborar planos de intervenção e consequentemente acompanhar as crianças e as suas famílias na sua execução e concretizar os atos materiais que foram encarregues pelos acordos de promoção e proteção definidos pelos dois últimos patamares da pirâmide.

As entidades com competência em matéria de infância e juventude são compostas por diversas instituições como a segurança social, as entidades policiais, os hospitais, as escolas, as autarquias, instituições portuguesas de solidariedade social, entre outras. Esta investigação centra-se numa resposta introduzida numa instituição particular de solidariedade social, ou seja, insere-se numa entidade de primeira linha.

5.1. O Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens em Risco

O Centro de apoio preventivo (CAP) pertence ao Instituto dos Ferrovieiros, situado no concelho do barreiro e tem como objetivo garantir uma resposta adequada às crianças e jovens do concelho onde se situa, visando o seu desenvolvimento integral e a sua inserção na comunidade. Pela sua natureza o CAP pode ser considerado uma ECMIJ.

Existem alguns princípios base que são tidos em conta na intervenção realizada pelo centro, tais como o superior interesse das crianças ou jovens, a sua privacidade, a afetividade, a participação ativa na comunidade, no respeito pelas famílias, no direito à informação e confidencialidade e a socialização das crianças ou jovens (CAP, 2019).

O CAP é considerado, por muitos, um Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) com especificidades peculiares pois os critérios de admissão são distintos. Para frequentar o Centro, tem de existir um encaminhamento por parte de outras entidades de primeira linha, pela CPCJ ou pelos Tribunais. As crianças terão de ter idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, salvo alguma situação de perigo eminente. As crianças podem frequentar o CAP até aos 18 anos. Os critérios de prioridade para a admissão são crianças ou jovens em situação de risco ou então crianças que tenham irmãos já a frequentar o CAP (CAP, 2019).

A intervenção desenvolvida no CAP divide-se em dois tipos que se complementam, nomeadamente: i) a intervenção focada na família das crianças e jovens que estão integradas no centro, centrando-se o trabalho realizado na melhoria das competências parentais através do apoio psicossocial; ii) a intervenção focada nas crianças e jovens, com foco na garantia do seu desenvolvimento global.

As crianças ou jovens que frequentam o centro beneficiam de apoio psicossocial, de alimentação fornecida pela instituição de acordo com os horários que frequentam o Centro e, ainda, existe a possibilidade do fornecimento de refeições em take-away, para famílias carenciadas. A juntar-se aos serviços descritos, existe também a preocupação realizada com a situação escolar, o apoio e acompanhamento escolar que se concretiza através do apoio individual e na articulação com as escolas sempre que necessário. A ocupação dos tempos livres é outra preocupação dos profissionais do CAP, realizando-se atividades de natureza lúdica e cultural de forma a estimular a criação e consolidação de laços afetos e de proximidade entre o grupo de pares.

De forma a se entender melhor a dinâmica do CAP, é necessário entender alguns pormenores, sendo que a equipa que trabalha diariamente com as crianças e jovens é composta por uma assistente social, uma ajudante de ação direta, uma animadora sociocultural e um motorista. O trabalho realizado por esta equipa é distinto, mas completa-se. A assistente social realiza um trabalho focado no apoio psicossocial das crianças e famílias completando com estratégias para os problemas de cada um, comunica com as entidades sinalizadoras e faz o ponto da situação escolar. A ajudante de ação direta, foca-se no dia-a-dia, criando uma relação empática com cada criança e jovem. A animadora sociocultural intervém com base no plano anual de atividades, focando as suas atividades no conhecimento geral e cultural.

5.2. A Prevenção e a sua importância no CAP

*Praeventio*ne significado latim de prevenção que é definida como avanço ou antecipação. A interpretação de prevenção segundo o dicionário remete-nos para as medidas adotadas com antecedência para impedir alguns danos.

A importância da prevenção prende-se à necessidade desta ser utilizada em diversos tópicos do quotidiano da vida do ser humano. Apesar de associarmos a prevenção maioritariamente ao nível da saúde, a mesma encontra-se presente noutros assuntos, tais como: a prevenção rodoviária, a prevenção do meio ambiente, prevenção no ambiente de trabalho, prevenção do uso de substâncias ilícitas, entre muitos outros. No entanto a maioria da bibliografia existente remete para a prevenção ao nível da saúde que é dividida em três níveis: i) primária, ii) secundária e iii) terciária.

Cada nível de prevenção tem um objetivo diferente, a prevenção primária foca-se em evitar ou remover os fatores de risco. Na saúde, exemplos deste tipo de prevenção é a vacinação, o uso do preservativo, entre outras. O nível secundário da prevenção foca-se na deteção precoce de problemas de saúde e ainda na aplicação imediata de medidas para uma rápida recuperação. Temos como exemplo os rastreios. Por última, a prevenção terciária tem como objetivo limitar o avanço da doença; diminuir as consequências das doenças; prevenir o reaparecimento da doença e adaptar a vida do doente às sequelas (Meireles, 2008).

De forma a enquadrar a relevância da prevenção na intervenção desenvolvida pelo CAP, mostra-se que o trabalho realizado no primeiro nível de prevenção baseia-se em que a situação que levou os jovens a serem sinalizados pelas entidades competentes, alcance outras proporções. No segundo nível, quando já existe algum tipo de risco a intervenção baseia-se em arranjar estratégias de forma a colmatar os efeitos do risco e tentar removê-los de forma eficiente. Também se encontra presente o terceiro nível da prevenção, pois existem crianças que frequentam o CAP, que já estiverem em situação de perigo e após esta ser removida, as crianças regressam às suas famílias com medidas de promoção e proteção instauradas pelos Tribunais, de apoio juntos dos pais e muitas vezes necessitam do apoio do centro para prevenir o reaparecimento da situação.

5.3. A ação preventiva

A prevenção inicia-se através de uma intervenção preventiva. Esta deve ser desenvolvida tendo em conta, a proatividade, o enfoque no indivíduo e a prevenção de acontecimentos problemáticos. Deve basear-se em dois princípios: a continuidade e a autonomia, de forma a promover a emancipação do indivíduo ou do grupo. Deverá ser sempre alvo de processos de avaliação para avaliar os efeitos e os êxitos (Negreiros, 1998 citado em SICAD, 2022).

Em 2008, foi aprovado pelo Despacho nº 31292/2008, a Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco (ASCJR) que objetiva:

Promover os direitos das crianças e jovens, em particular a saúde, através da prevenção da ocorrência de maus tratos, da deteção precoce de contextos, fatores de risco e sinais de alarme, do acompanhamento e prestação de cuidados e da sinalização e ou encaminhamento dos casos identificados; Adequar os modelos organizativos dos serviços nesse sentido, incrementar a preparação técnica dos profissionais, concertar os mecanismos de resposta e promover a circulação atempada de informação pertinente (Despacho 31292/2008 de 5 de Dezembro).

No âmbito da ASCJR foram criadas equipas interdisciplinares: os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e os Núcleos Hospitalares de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NHACJR). Estes núcleos contam com as seguintes funções:

Sensibilizar os profissionais e a população em geral para a problemática das crianças e jovens em risco; Criar linhas de orientação para a abordagem de crianças e jovens em risco, pelos profissionais de saúde do ACESM; Incrementar a formação e preparação dos profissionais na matéria; Coletar e organizar a informação casuística sobre as situações de risco em crianças e jovens; Prestar apoio de consultadoria aos profissionais e equipas de saúde no que respeita à sinalização, acompanhamento ou encaminhamento dos casos; Mobilizar e articular os recursos na intervenção de 1º nível; Agilizar a comunicação com as CPCJ's e Tribunais, no caso de situações que transitem para 2º e 3º nível; Apoiar as medidas determinadas pelas CPCJ's e Tribunais; Prestar continuidade de apoio quando os processos nas CPCJ's e Tribunais são encerrados, por se reverter a situação de perigo (Serviço Nacional de Saúde, s/d).

Estes núcleos tornaram-se numa referência nos maus tratos na infância, principalmente no foco da ação preventiva, como na condução dos casos com as entidades de primeira linha.

Sendo o CAP, uma entidade de primeira linha, considera-se que a intervenção realizada é baseada numa ação preventiva e representa-se pelos três níveis de prevenção, a primária, a secundária e a terciária, como explicado no ponto acima.

Capítulo II

- Estudo Empírico

1. Apresentação do Estudo – Problemática e Fundamentação

Dado que o Centro de Apoio Preventivo é uma resposta social pouco comum no território nacional português, pois existem apenas duas Instituições em que a resposta se encontra em funcionamento, existiu a necessidade de perceber a razão pela qual os jovens frequentam esta resposta e o impacto que esta tem nas suas vidas e nas respetivas famílias. Sendo necessário aprofundar o papel deste tipo de respostas no trabalho com crianças e jovens em risco. Como já foi explicitado no ponto 5.1, a equipa que trabalha diária e diretamente com estas crianças e jovens é composta por uma assistente social, uma ajudante de ação direta, uma animadora sociocultural e um motorista.

Esta investigação tem como objetivo científico conhecer as razões que levaram as crianças e/ou jovens em risco e suas famílias a frequentar o Centro de Apoio Preventivo e qual o impacto da sua frequência nesta resposta, pois é uma resposta social pouco explorada.

Consolida-se esta informação quando se inicia uma pesquisa com o nome da resposta social “Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens em Situação de Risco” num motor de pesquisa online a informação sobre a mesma é inexistente. As informações focam-se nas respostas sociais para crianças e jovens que a população tem conhecimento e também já referidas noutro capítulo desta investigação. Outra situação que fundamenta este estudo baseia-se na prevenção, pois este conceito remete-nos na grande maioria para área da saúde pois ao restringir a mesma pesquisa online, nos motores de pesquisa apenas para “Centro de Apoio Preventivo”, mostra informação sobre centros especializados na prevenção na área da saúde

Tendo em conta o conhecimento da investigadora, existem apenas duas instituições em que esta resposta mantém o funcionamento ativo e ambas se situam na mesma zona de atuação – o concelho do Barreiro.

Considerando, também, que a presente investigação é realizada no âmbito de um mestrado em Serviço Social, é de salientar a importância da mesma na intervenção social. O Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens em Situação de Risco, já explicado no capítulo anterior, é uma resposta importante para as crianças e jovens que estejam integradas em famílias destruturadas, famílias carenciadas entre outras. Atualmente o foco desta resposta centra-se em famílias carenciadas que não dispõe de suporte familiar e com baixos rendimentos financeiros.

Outro ponto importante a salientar é a intervenção baseada numa ação preventiva que o CAP executa. A prevenção, como já referido, é realizada em três níveis, a primária, secundária e terciária. A intervenção do CAP, é importante, pois é realizada nestas três dimensões e pode criar estratégias futuras para mais instituições cumprirem os objetivos da prevenção primária e assim, provavelmente muitas das situações de risco e de perigo que se verificam poderiam não chegar ao efeito.

Sendo que o problema da investigação tem como função focar a atenção do investigador na questão que está a ser analisada e atua como uma espécie de guia durante todo o processo de investigação (Coutinho, 2019). O problema de investigação tem como objetivo de “fornecer conhecimentos uteis à compreensão e ao melhoramento da situação problemática” (Fortin, 2009 p. 48). Assim, ao se formar a questão de partida o assunto da investigação tem que reportar a uma situação problemática e a questão definida irá orientar o processo do início ao fim (Fortin, 2009).

Posto isto, a questão de partida desta investigação é a seguinte: **Qual o motivo de frequência do Centro de Apoio Preventivo e qual a perceção das famílias e jovens sobre o impacto da sua frequência nesta resposta?**

2. Objetivos

Os objetivos são a finalidade que o investigador quer alcançar na realização da pesquisa. Estes devem ser práticos, apropriados e realistas. Existem dois tipos de objetivos: i) os gerais que são a “síntese dos resultados que se pretende alcançar e da contribuição que a investigação irá proporcionar” (Reis, 2018, p. 64), estes admitem várias interpretações e não são imediatamente observáveis e; ii) os específicos que “são mais concretos do que os objetivos gerais e identificam de forma mais precisa aquilo que se pretende alcançar com a execução do projeto” (Serrano, 2008, p. 46). Estes estão inscritos nos objetivos anteriores e assumem particularidades mais precisas e restritas e identificam de forma mais clara o que se quer alcançar com o projeto.

De forma a responder à questão de partida é importante ter em conta a importância que o CAP tem nas crianças e jovens e suas famílias. É neste sentido que a presente pesquisa tem como objetivos gerais:

1 – Caracterizar a população que frequenta o CAP e identificar as razões para essa frequência

2 – Compreender a percepção das famílias e jovens sobre o impacto da intervenção do CAP em suas vidas.

Tendo em conta os objetivos gerais delineados, construímos duas dimensões de análise que integram os objetivos gerais e específicos.

A primeira dimensão refere-se à caracterização da população atendida no CAP até a março de 2023 e a identificação do motivo da sua frequência. Esta dimensão procura responder ao primeiro objetivo geral e, para o efeito, integra os seguintes objetivos específicos:

- i) Caracterizar de forma sociodemográfica as crianças e jovens que frequentam o CAP até ao 1º trimestre de 2023;
- ii) Analisar o tipo de famílias das crianças e jovens que frequentam o CAP;
- iii) Identificar a situação que levou à sinalização dos jovens e da entidade que efetuou a sinalização.

A segunda dimensão insere-se no segundo objetivo geral e tem em conta a noção das famílias à cerca do impacto da intervenção do CAP, esta integra o objetivo específico iv), sendo este: Compreender a percepção das famílias sobre o impacto da intervenção do CAP nas suas vidas e dos seus educandos.

A terceira dimensão está incluída também no segundo objetivo geral e tem em consideração a noção dos jovens sobre o impacto da intervenção realizada, nesta dimensão está integrado o objetivo específico v), sendo este: Entender a percepção dos jovens sobre o impacto que o CAP teve na sua vida e da sua família.

3. Participantes do estudo

Na presente pesquisa, a população alvo é composta pelas crianças e jovens integrados no CAP até março de 2023 e respetivas famílias.

Verificou-se que até março de 2023 frequentaram o Centro de Apoio Preventivo 20 crianças e jovens, o que corresponde ao total de 14 famílias.

Para a realização das entrevistas, todas as crianças e jovens e famílias foram convidadas a participar, mas apenas 13 crianças e jovens, e 8 famílias responderam às entrevistas.

4. Quadro de Análise

1º Objetivo Geral	2º Objetivo Geral	
1ª dimensão (integra os objetivos específicos i, ii e iii)	2ª dimensão (integra o objetivo específico iv)	3ª dimensão (integra o objetivo específico v)
Caracterizar sociodemográfica das crianças e jovens que frequentam o CAP até ao 1º trimestre de 2023	A perceção das famílias sobre o impacto da intervenção do CAP nas suas vidas e dos seus educandos	A perceção dos jovens sobre o impacto que o CAP teve na sua vida e da sua família.
Analisar o tipo de famílias das crianças e jovens que frequentam o CAP;		
Identificar da situação que levou à sinalização dos jovens e da entidade que efetuou a sinalização.		
População Alvo		
20 crianças e jovens que correspondem a todas as crianças integradas no CAP até março de 2023	As famílias das crianças e jovens que estão integrados no CAP até março de 2023	As crianças e jovens que estão integrados no CAP até março de 2023
Metodologia		
Cariz Misto		
Instrumentos		
Pesquisa documental Análise estatística simples Entrevistas Análise de conteúdo		

5. Metodologia

As metodologias utilizadas nas investigações descrevem a estrutura utilizada tendo em conta a questão de partida. Na presente investigação a metodologia tem um carácter misto, ou seja, integra uma vertente qualitativa e quantitativa.

O paradigma qualitativo tem como objetivo entender os significados dos acontecimentos têm nas pessoas em determinadas situações, ou seja, tentam entrar no mundo conceptual dos indivíduos para entender o que cada acontecimento significa para a sua vida (Coutinho, 2019). Fortin (2009) explica-nos que na metodologia qualitativa existe uma ligação entre sujeito-objeto que é pautada pela intersubjetividade. O autor refere que neste paradigma o autor faz a investigação junto com o sujeito em vez de “para” o sujeito (p. 148). Coutinho (2019) realça que definir uma perspetiva qualitativa não é fácil, no entanto, esclarece-nos a perspetiva qualitativa a dois níveis: a nível conceptual em que a causa do estudo não se foca nos comportamentos, mas sim as intenções e situações e ; a nível metodológico onde a investigação se baseia no método indutivo, ou seja, o conteúdo tem valor quando inserido num determinado contexto (Pacheco, 1993² citado em Coutinho, 2019).

O paradigma quantitativo tem como objetivo a análise factual, fenómenos observáveis e avaliação das variáveis comportamentais (Coutinho, 2019). O mesmo autor diz-nos que na metodologia quantitativa, os investigadores focam-se em adotar uma postura neutra e distante, de forma a contribuir para a veracidade das hipóteses.

Reis (2018) mostra-nos que a metodologia quantitativa foca-se em dados que podem ser quantificáveis. Este tipo de pesquisa tem algumas vantagens: permite realização de estudos com grandes amostras representativas; o conhecimento estruturado; validade interna; generalização e previsibilidade (Reis, 2018).

5.1. Recolha e análise de dados

Após a definição do tema da investigação e de uma revisão da literatura sobre as crianças e jovens em risco, a recolha de dados para a investigação realizou-se com base em dois instrumentos.

² Pacheco, J. A. (1993). O pensamento e ação do professor em formação [Tese de doutoramento] Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

Tendo conhecimento do trabalho desenvolvido pelos profissionais no Centro de Apoio Preventivo e com a autorização da instituição do Instituto dos Ferroviários, realizou-se a análise documental de todos os processos dos jovens integrados na resposta até março do presente ano. Esta análise documental foi subdividida em dois, de modo a responder à 1ª e 2ª dimensão de análise e respetivos objetivos específicos.

Desse modo, para se entender a 1ª dimensão, foi elaborada uma grelha de análise em Excel constituído pelos seguintes tópicos: idade, género, nacionalidade, escolaridade, tipo de famílias e entidade sinalizadora. A grelha foi preenchida com base na análise dos processos individuais e, posteriormente, efetuou-se uma análise quantitativa dos dados.

Para responder à 2ª dimensão efetuou-se um levantamento em cada processo das estratégias desenvolvidas e dos objetivos inerentes às mesmas. Para o efeito criou-se esse indicador, na grelha anteriormente referida, e efetuou-se, ao longo da recolha dos dados, uma tipificação que integrasse todas as respostas e estratégias desenvolvidas. Essa tipificação implicou uma análise de conteúdo dos processos e, posterior redução e codificação.

De forma a explicar a 3ª dimensão, de cariz mais qualitativa, elaborou-se uma entrevista semi-estruturada (ver apêndice II) com questões abertas aos jovens e famílias que em março de 2023 frequentavam a resposta em análise. A análise das entrevistas foi elaborada com base na análise de conteúdo, o que permitiu analisar “de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar uma comparação, posterior” (Coutinho, 2020, p. 217). Esta análise teve um carácter exploratório.

6. Procedimentos

Os procedimentos desta investigação dividiram-se em seis momentos. No início do presente ano, mais propriamente em fevereiro, foi solicitado a autorização à instituição para o desenvolvimento do estudo na resposta de Centro de Apoio Preventivo para Crianças e Jovens em Risco, ainda no mesmo mês a investigadora foi informada pela direção da Instituição – Instituto dos Ferroviários – que seria possível a realização do estudo.

Entre o mês de fevereiro e abril foi decidido quais os conceitos que seriam importantes incluir no estudo. Em abril de 2023, a investigadora realizou a análise documental dos processos individuais de cada criança e jovem que integraram o CAP até à data de 31 de março de 2023.

No mês de maio, foram construídos os objetivos gerais e específicos da investigação e com base nestes foram elaborados os guiões de entrevistas.

Após a elaboração dos guiões de entrevista tanto das famílias como dos jovens, a responsável pela investigação sugeriu como datas previstas para aplicação das entrevistas, o mês de julho. Não foi possível dado à impossibilidade de algumas famílias que demonstraram interesse na participação do presente estudo. A aplicação das entrevistas apenas foi realizada durante a primeira quinzena do mês de agosto.

Para concluir a investigação, na última quinzena e durante o mês de setembro foi realizada a análise e discussão dos dados recolhidos durante as entrevistas.

7. Questões éticas e deontológicas da investigação

Tendo em conta as questões éticas e deontológicas das investigações académicas, a presente investigação seguirá todos os procedimentos estipulados. Quando convocados a participar na investigação, a investigadora irá garantir o sigilo e anonimato de todos os participantes, bem como a mesma, irá dar a conhecer a cada pessoa quais são os objetivos da presente investigação.

Notar que todos os participantes integram a investigação por livre e espontânea vontade, podendo desistir a qualquer momento. A todas as crianças e jovens participantes, é solicitado aos pais ou encarregados de educação que assinem uma autorização de participação (ver apêndice I).

Ainda ter em conta que é entregue a cada participante um consentimento informado (ver apêndice I) com todas as informações relacionadas com as questões éticas da investigação e onde são explicados os pontos acima referidos, o mesmo é devolvido à investigadora assinado.

Capítulo III

- Apresentação e Análise de Resultados

1. Caraterização das crianças e jovens

A análise dos dados incide recolha de dados efetuada através das entrevistas realizadas com os jovens e respetivas famílias que se encontravam integrados no CAP até março de 2023. Como referido no ponto 2.5.2, contava com 20 jovens e 14 famílias, sendo que existem várias crianças/jovens que tem grau de parentesco de irmãos. Para o presente estudo, foram convidadas a participar todas as famílias e jovens que frequentam o Centro, no entanto apenas participaram 8 famílias e 13 jovens. De salientar que todos as famílias que participaram têm grau parentesco com os jovens que participaram.

O primeiro objetivo geral desta investigação foca-se na análise da população alvo, sendo que os objetivos específicos centram-se na **Caracterização sociodemográfica dos jovens; análise dos tipos de famílias e identificação da situação que levou à sinalização**. A investigadora elaborou uma tabela de caracterização dos jovens que frequentaram o CAP, até março de 2023:

Tabela 1: Análise da População Alvo, tendo em conta a caracterização sociodemográfica, tipo de famílias e a situação que levou à sinalização

Criança/ Jovem	Idade	Género	Nacionalidade	Escolaridade	Tipo de Família	Motivo da frequência	Entidade sinalizadora
A	8	M	Brasileira	3º ano	Monoparental Feminina	Ausencia de suporte familiar	
B	11	F	Portuguesa	6º ano	Monoparental Feminina	Apoio junto da mãe	EMAT
C	7	F	Portuguesa	2º ano	Monoparental Feminina	Entrada através das irmãs	
D	14	M	Portuguesa	7º ano	Alargada	Baixos rendimentos financeiros	CAFAP
E	9	M	Portuguesa	4º ano	Monoparental Feminina	Entrada através das irmãos	
F	14	M	Portuguesa	9º ano	Monoparental Feminina	Baixos rendimentos financeiros; Ausência de suporte familiar	CAFAP
G	11	F	Portuguesa	6º ano	Nuclear	Comportamentos desadequados	Psicologo
H	8	M	Angola	4º ano	Monoparental Feminina	Ausencia de suporte familiar	
I	15	M	Portuguesa	10º ano	Monoparental Masculina	Baixos rendimentos financeiros	Escola
J	11	M	Portuguesa	7º ano	Reconstruída	Comportamentos desadequados	CPCJ
K	12	M	Brasileira	7º ano	Guarda Partilhada	Comportamentos desadequados	CPCJ
L	13	M	Portuguesa	7º ano	Monoparental Feminina	Apoio junto da mãe	EMAT
M	7	M	Angola	2º ano	Monoparental Feminina	Ausencia de suporte familiar	
N	12	M	Portuguesa	8º ano	Monoparental Feminina	Baixos rendimentos financeiros; Ausência de suporte familiar	CAFAP
O	9	M	Guineense	4º ano	Monoparental Feminina	Baixos rendimentos financeiros; Ausência de suporte familiar	CPCJ
P	13	M	Portuguesa	8º ano	Monoparental Masculina	Apoio junto do pai	EMAT
Q	12	F	Portuguesa	7º ano	Alargada	Baixos rendimentos financeiros	CAFAP
R	14	F	Portuguesa	7º ano	Monoparental Feminina	Apoio junto da mãe	EMAT
S	14	F	Guineense	9º ano	Monoparental Feminina	Baixos rendimentos financeiros; Ausência de suporte familiar	RSI
T	12	F	Guineense	7º ano	Monoparental Feminina	Baixos rendimentos financeiros; Ausência de suporte familiar	CAFAP

Fonte: Elaboração própria, retirado da análise documental dos processos;

Ao caracterizar as 20 crianças e jovens percebemos que em relação ao género, existe uma maior incidência no género masculino contabilizando 13 jovens desse género e apenas 7 jovens do género feminino. A nacionalidade dos jovens é predominantemente portuguesa, com 13 jovens, havendo 3 jovens guineenses, 2 brasileiros e 2 angolanos. Em relação às idades, verificamos que as idades das crianças/jovens estão compreendidas entre os 7 e os 15 anos, o que corresponde a uma média de idades situada nos 11,3 com um desvio padrão de 2,52. No que diz respeito à escolaridade dos jovens, estão representados na população alvo o 1º, 2º e 3º ciclo, e apenas 1 jovem no ensino secundário, sendo que maioritariamente no 3º ciclo, mais concretamente no 7º ano.

Relativamente ao tipo de família da população alvo do estudo, a maior parte das crianças e jovens encontram-se inseridas numa família monoparental, sendo que 13 jovens têm uma família monoparental feminina e apenas 2 jovens com uma família monoparental masculina. É de ressaltar que existe também 1 jovem com família nuclear, 2 famílias alargadas, 1 família reconstruída e 1 jovem com guarda partilhada em que as famílias que integra são monoparental por parte da progenitora e uma família reconstituída pelo progenitor.

No que se refere ao motivo da frequência do CAP, existem 5 crianças e jovens que frequentam o CAP com dois motivos em comum, baixos rendimentos financeiros e ausência de suporte familiar. De seguida, contam-se 4 jovens que frequentam o CAP devido a medida de promoção e proteção de apoio junto da mãe/pai. A ausência de suporta familiar, baixos rendimentos financeiros e comportamentos desajustados contam que 3 crianças e jovens em cada motivo e para finalizar existem 2 jovens que frequentam o CAP por os irmãos já estarem integrados.

Nestes casos as sinalizações são realizadas por entidades com competência em infância e juventude, predominantemente pelo CAFAP, em que 5 jovens foram sinalizados, seguindo-se a EMAT que conta com 4 jovens e a CPCJ que conta com 3 jovens. Temos ainda 3 jovens que foram sinalizados, 1 pela escola, 1 pelo psicólogo e 1 pela equipa de RSI. Existem ainda 5 jovens que não temos informação da entidade sinalizadora.

Após uma caracterização geral de todos as crianças e jovens integradas no CAP até março de 2023 e sendo que nem todas as crianças e jovens participaram nas entrevistas, é importante caracterizar as 13 crianças e jovens que participaram nas entrevistas. Sendo que existiram 7 jovens do género masculino e seis jovens do género feminino, destes 9 tinham nacionalidade portuguesa, 2 angolana, 1 guineense e 1 brasileira. As idades dos participantes estão compreendidas entre os 7 e os 14 anos, sendo que os motivos que levaram a frequentaram o CAP passou pelo apoio junto do pai/mãe que conta com 3 jovens, igualmente 3 jovens com comportamentos desadequados, entrada pelos irmãos, ausência de suporte familiar e baixos rendimentos financeiros em comum com ausência de suporte familiar, contam de 3 jovens cada, e apenas 1 jovem com baixos rendimentos financeiros.

2. Perceção das famílias sobre a intervenção realizada pelo CAP

O segundo objetivo geral salienta a compreensão da perceção tanto dos jovens como das famílias em relação à intervenção realizada pelo CAP, este objetivo divide-se em duas dimensões, analisadas seguidamente.

Na análise da segunda dimensão temos de ter em conta, o impacto que existiu na vida das famílias e dos seus educandos desde o início da intervenção do CAP, para isso manifestou-se especial atenção a três das questões respondidas pelas famílias nas entrevistas realizadas. A primeira questão prende-se com a perceção da família sobre o tipo de intervenção realizada pelo Centro e se a mesma é adequada às necessidades identificadas, na generalidade esta questão foi respondida de forma positiva, considerando seis das entrevistas realizadas. Nesta questão as famílias frisam a importância do acompanhamento mais próximo da criança/jovem e da sua proteção, tal como se verifica na resposta da entrevista nº 2 onde a familiar responde: *“A intervenção é positiva, pois mantém os jovens seguros, protegidos e orientados.”* Algumas famílias consideram que existiu uma diferença positiva nos comportamentos dos jovens e um acompanhamento personalizado no que concerne à situação escolar de cada criança/jovem, no entanto há quem assuma que a intervenção é adequado em alguns níveis, sendo que o acompanhamento escolar fornecido pelo CAP não é o mais adequado, dizendo *“(...) o apoio ao estudo poderia ser mais reforçado”* (entrevista 5). Também na entrevista nº 4, a opinião não é a mais favorável, pois a familiar revela que conseguiu possuir um maior controlo do estudo e comportamento do seu educando, mas que as alterações não foram grandes, afirmando: *“No entanto não houve grandes alterações e são descuidados com atitudes das crianças. Alguns técnicos são por vezes desatentos e pouco tolerantes”*. A grande maioria das famílias realça que a intervenção do Centro é realmente uma mais valia, com os apoios existentes às famílias mais carenciadas, desde o transporte escola-centro-casa às refeições take-away e ainda, a oferta de atividades que muitas famílias consideram que se não fosse a integração dos seus educandos no Centro não iriam ter condições de lhes oferecer.

A segunda questão que a investigadora se focou para responder ao objetivo específico da segunda dimensão foi se as expectativas que os encarregados de educação tinha em relação ao acompanhamento fornecido pelo CAP foram cumpridas ao qual se verificou que das 8 famílias que foram entrevistadas, 6 famílias responderam que as expectativas têm alcançado o que estavam à espera, nomeadamente porque consideram que o apoio e a intervenção realizada pelo Centro têm sido uma mais valia,

podendo verificar nas afirmações das famílias onde referem: *“Espero que este apoio continue, pois tem sido uma mais valia”* e também expressam o contentamento afirmando *“As expectativas têm sido cumpridas em todos os sentidos”*. Além destes testemunhos, também existe quem afirme que é uma mais valia pois facilita a participação em diversas atividades que não são capazes de fornecer aos seus educandos, tal como podemos verificar na afirmação *“permite que o meu educando participe em diversas atividades”* estas declarações podem ser verificadas nas entrevistas nº 1, 3 e 7. Nas entrevistas nº 2, 6 e 8 também demonstram contentamento com serviço prestado pelo CAP. Existiram também duas famílias que consideram que as expectativas não foram atingidas na sua totalidade, pois consideram que existem algumas falhas no serviço em geral e no que diz respeito ao campo escolar, onde a familiar afirma *“Espero que haja melhorias em relação ao acompanhamento ao estudo”* verificado na entrevista nº 5, e a outra família refere que o objetivo da entrada do seu educando ainda não foi atingido, explicitando os problemas comportamentais do seu educando: *“Mais ou menos, porque as expectativas é ver o melhoramento na vida e no comportamento do meu filho”* verificado na entrevista nº 4.

Por último, teve-se em conta a perceção dos encarregados de educação sobre os resultados obtidos durante e após a intervenção realizado pelo CAP e constatou-se que grande parte das famílias entrevistadas notou evoluções positivas nos seus educandos. 4 famílias realçaram a importância do Centro, no desenvolvimento social dos jovens, nomeadamente no que concerne na socialização com o grupo de pares, os pais que realçaram este assunto proferiram as seguintes afirmações *“Conseguem socializar mais”* e *“Eram bastantes introvertidos e conseguiram se tornar menos tímidos e mais extrovertidos”* e ainda *“(...) pois queria que a minha educanda socializa-se mais”*, pode ser verificado nas entrevistas nº 6, 7 e 8. Outro aspeto destacado pelas famílias entrevistadas prendeu-se com o desenvolvimento e sucesso escolar, as famílias por 2 famílias declararam *“Melhorou significativamente as notas escolares (...)”* e *“Foi muito importante para o desenvolvimento escolar do meu educando”*, este ponto foi destacado pelas entrevistas nº 2 e 3. Houve também quem apresentasse a responsabilidade adquirida pelos educandos como um aspeto bem trabalhado pelo Centro, pois a família a que refere a entrevista nº1, referiu que as suas educandas adquiriram um maior sentido de responsabilidade na generalidade do dia a dia. Tal como na pergunta acima, a familiar da entrevista nº 4 afirma que os resultados da intervenção realizada pelo CAP não trouxe alterações na vida no seu educando, expressa a opinião através da seguinte

afirmação: *“Não houve grandes alterações, pois por vezes nota-se o mesmo comportamento e descuido com algumas atitudes da criança”*.

3. Perceção das crianças e jovens sobre a intervenção realizada pelo CAP

Como já referido, o segundo objetivo geral divide-se em duas dimensões. A terceira dimensão tem como objetivo compreender a ideia que os jovens apresentam sobre o impacto da intervenção do CAP nas suas vidas e na vida das suas famílias. Aqui pode-se entender que a perceção de todos os jovens, sem exceção, foi totalmente positiva, considerando as 13 entrevistas realizadas. Todos os jovens entrevistados consideraram que a sua integração no CAP foi benéfica em vários níveis das suas vidas tanto pessoais como escolares. Nota-se uma consciência, por parte de alguns jovens, do trabalho importante realizado pelo Centro e nos apoios que este fornece à sua família, e que sem estes os encarregados de educação não conseguiriam ter possibilidades para outros bens também necessários, confirmamos esta análise em várias entrevistas, tais como: *“(...) Ajuda-nos com o transporte e a alimentação”* (entrevista nº1); *“(...) auxiliam a minha mãe quando ela não pode ficar comigo”* (entrevista nº 6) e *“(...) é importante o apoio para a mãe conseguir fazer mais coisas connosco”* (entrevista nº 7).

Muitos dos jovens realçam a importância do Centro no que diz respeito à sua situação escolar, das 13 entrevistas realizadas com crianças/jovens, 8 jovens manifestaram a importância do Centro no apoio ao estudo, na realização dos trabalhos de casa e também na melhoria das suas avaliações escolares. Outro ponto também bastante enumerado pelas crianças/jovens foi a questão da socialização, nomeiam principalmente a questão do combate à timidez e uma maior socialização com os grupos de pares, podemos concluir através das afirmações das entrevistas 7 e 8: *“consegui deixar a timidez de lado e ser uma pessoa mais comunicativa”* e *“não conseguia socializar com os outros e agora já consigo”* que esta perceção é comum entre os jovens e as suas famílias. Houve ainda duas jovens entrevistadas, correspondentes às entrevistas nº 1 e 8, que afirmaram que a sua integração no CAP auxiliou-as na forma como interagem com a família e conseguiram alcançar novas estratégias para se relacionarem de forma mais positiva com a sua família.

4. Discussão dos resultados obtidos

Através da análise documental e das entrevistas aplicadas às famílias e aos jovens, conseguimos alcançar várias conclusões sobre o que é e como é realizada a intervenção pelo CAP.

Os técnicos que realizam as sinalizações dos jovens para o Centro, não são apenas elementos sinalizadores, mas também realizam um acompanhamento em comum com a técnica do CAP de forma a encontrarem uma possível solução ou cessar a situação de risco com sucesso (Magalhães, 2005).

Todo o trabalhado realizado quer com as crianças, quer com os jovens, têm uma finalidade comum, daí não ser possível restringir a intervenções individualizada. Aos técnicos que efetuam a sua prática profissional com este tipo de população, cabe a necessidade de perceção de que a intervenção deve de ser abrangente aos dois grupos, visto que as situações de maus tratos estão diretamente ligadas a problemas de relacionamento existente entre o adulto e a criança (CNPDPJCJ, s/d). Na perspetiva de vários autores (Cecconello, 2003; Ferreira, 2010; Magalhães, 2005) existem diversas situações familiares que podem levar a situações de risco, ou maus tratos, tais como: situação financeira vulnerável, ausência de suporte familiar, processos de luto, entre outros.

Considerando a caracterização realizada pela investigadora sobre os jovens integrados no CAP, um dos motivos de sinalização com mais incidência é a falta de condições financeiras e ausência de suporte familiar, que acabam por levar a uma situação de perigo. Grande parte destas sinalizações, devem-se ao facto das famílias, na sua maioria, por motivos profissionais não terem onde deixar as crianças fora do período escolar. Percebemos, também, que existem algumas famílias entrevistadas que necessitam de apoio alimentar fora do centro, referindo que sem este apoio provavelmente não teriam condições financeiras para outras necessidades do quotidiano.

Dado que é realizada uma intervenção focada em cada criança e jovem, e as suas respetivas famílias, a técnica inicia com uma avaliação dos fatores de risco existentes que poderão levar a uma situação de perigo, de modo a perceber de que forma poderá evita-la através dos fatores de proteção. Considerando a análise documental realizada para a construção da tabela de caracterização, os fatores de risco presentes no grupo da população mais jovem são os problemas de comportamento,

sendo que a maioria se encontra integrada no CAP por fatores de risco inerentes à sua família, tais como o défice de competências parentais, ausência de rede de apoio e dificuldades financeiras. A intervenção é assim realizada tendo em conta os fatores de proteção característicos às populações em estudo na sua individualidade, ou seja, com as crianças e jovens procura-se promover um desenvolvimento integral positivo, o sucesso escolar, capacidade de resolução de problemas e fomentar um bom relacionamento com a sua família. No que diz respeito às famílias é procurado fomentar as boas capacidades parentais, bem como, auxiliando as mesmas quando não possuem rede de apoio e com poucas capacidades financeiras, através das estratégias implementadas com cada família que demonstre tais necessidades (Gomes, 2018; Leça, et. al, 2011; Louro, 2012).

Atendendo ao enquadramento teórico e à investigação realizada, tivemos a perceção da importância da prevenção e da ação preventiva. Segundo SICAD (2022), a prevenção inicia-se através de uma intervenção preventiva e deve assenta-se em dois princípios, a continuidade e autonomia dos indivíduos, que devem ser desenvolvidas atendendo à prevenção de acontecimentos problemáticos, com o foco no indivíduo e na sua proatividade. Sendo que a prevenção é dividida em três níveis, como nos mostra CNPDPCJ (s/d), e consideramos que a prevenção realizada no CAP exerce um pouco dos três níveis, primária, secundária e terciária, sendo que no primeiro nível é trabalhado o bem estar da criança, sendo este possível de verificar através das afirmações das crianças e jovens entrevistadas, em que declaram existir mudanças nos seus comportamentos pessoais e interações sociofamiliares. No segundo nível de prevenção tem como objetivo principal identificar os tipos de famílias que mostram uma maior possibilidade de existir uma situação de risco ou de maus tratos, pelo conhecimento profissional da investigadora, a mesma consegue-se entender que ainda existem famílias que demonstram algum tipo de situações de risco, tais como: a exposição a comportamentos desviantes, diferenças no tratamento entre irmãos e negligência parental tal como, falta de cuidados e atenção para com a vida das crianças e jovens, sobrecarregar as crianças com demasiada responsabilidade de acordo com as suas idades, entre outros. Relativamente ao terceiro nível de prevenção, que diz respeito à interrupção das situações de risco ou à reparação e tratamento dessas situações, o CAP intervém de forma a evitar a re-institucionalização das crianças e jovens, regressadas recentemente ao meio familiar, de forma a evitar que voltem a estar em iminência de uma situação de risco.

A análise dos conteúdos retirados das entrevistas aplicadas às famílias, permitiu entender que a perceção de cada família sobre a intervenção realizada, é bastante positiva, na sua maioria, visto que as afirmações proferidas pelos encarregados de educação mencionam que a intervenção do CAP contribui para uma melhor socialização dos seus educandos, educação, sentido de responsabilidade e suporte às famílias. No entanto, relativamente aos pontos negativos mencionam a necessidade de um maior reforço no apoio ao estudo e a necessidade de um horário de funcionamento mais alargado.

Enquanto assistente social do CAP, pode-se referir que relativamente à intervenção familiar é necessário ter em conta as particularidades de cada família. Segundo Garcia e Romero (2019) a capacidade empática através da relação interpessoal entre a família e o assistente social, pode auxiliar de certa forma a atingir os objetivos. Outra capacidade a ter em conta, passa pela comunicação que é considerada uma ferramenta chave para o desenrolar de uma boa intervenção, a comunicação passa também pela competência do saber ouvir.

Como mencionado anteriormente, a intervenção familiar pode ser realizada em diversas áreas. A partir da interpretação dos dados, percebemos que a dificuldades financeiras, devido aos baixos rendimentos representa a maioria dos motivos para integração dos jovens no centro e a área que se entendeu ser mais utilizada na intervenção do CAP, é a educação parental, devido à necessidade das técnicas intervirem realizando ações de formação de forma a promover as suas competências nos campos da higiene e saúde, organização económica e no exercício das suas funções (Núncio, 2013)

No que diz respeito à perceção das crianças e jovens entrevistados, é possível verificar que existe uma concordância com o que é descrito pelas famílias. Todos os jovens entrevistados demonstraram conhecer a sua situação familiar e perceber quais os motivos que os levaram a integrar o CAP. A grande maioria dos jovens entrevistados, conhecem o motivo que levou à sua sinalização para o CAP, pelas entidades competentes, demonstrando alguma consciência da situação que os rodeia

Relativamente aos resultados obtidos é possível perceber que a intervenção do CAP é positiva na vida das crianças e jovens e suas famílias, apesar das lacunas existentes e enumeradas por alguns familiares, a intervenção dos técnicos consegue dar resposta às dificuldades apresentadas, facilitando o desenvolvimento interpessoal

das crianças e jovens, facilitando a convivência familiar e melhorando a sua relação intrapessoal.

Conclusão

Ao finalizar esta investigação, é importante lembrar que o objetivo geral da mesma passou pela análise da intervenção realizada pelo Centro de Apoio Preventivo, para poder mostrar à comunidade qual o papel do CAP na vida das crianças e jovens, e suas famílias que estiveram integradas no Centro até final de março de 2023.

É de salientar, que este estudo serviu também para aprofundar a temática das crianças e jovens em risco, visto que esta questão é bastante pertinente e recorrente na sociedade atual, tornando cada vez mais necessário o conhecimento sobre o tema, de modo a que seja possível dar respostas às necessidades da população mais jovem.

No desenvolvimento desta investigação, dividida em três capítulos, percebemos a dimensão da temática do risco nas nossas crianças e jovens. Logo no primeiro capítulo é englobada toda a revisão da literatura pertinente para a realização do estudo. Neste capítulo são explicados os conceitos em torno da temática explicitada, abarcando ainda a explicação da Lei para crianças e jovens em situação de perigo, juntamente com a importância da prevenção nestes casos, sendo esta desenvolvida na resposta onde se insere a presente investigação.

Torna-se necessário ter em conta o tipo de intervenção realizada pelos profissionais da área social e enfatizar a intervenção baseada numa ação preventiva. Surge, assim, a importância da intervenção das entidades de primeira linha que desempenham o papel importante na identificação precoce de maus tratos, de forma também a desenvolverem programas e ações específicas que promovam os direitos das crianças (CNPDPJC, s/d).

Alguns autores identificam a dificuldade em definir quanto ao número de níveis de prevenção, sendo que atualmente existem até cinco níveis (Meireles, 2008). A importância de prevenção no grupo de crianças e jovens em risco, encontra-se em constante desenvolvimento, e apresenta-se atualmente em três níveis de prevenção, como referido no primeiro capítulo.

É importante referir, também, que a intervenção realizada pelo CAP, baseia-se na pirâmide do modelo de avaliação ecológica, verificar figura 4. Embora o CAP não trabalhe na avaliação das situações de risco e perigo, acaba por na sua intervenção focar-se nos três eixos presentes na pirâmide no modelo de avaliação ecológica de Urie Bronfenbrenner, ou seja, intervém nas necessidades e desenvolvimento das crianças

e jovens, intercede também nas competências parentais, após entender quais as suas necessidades e, por último, envolve-se de forma a entender os fatores familiares ecológicos.

No que se refere ao campo empírico, a investigação foi baseada numa metodologia qualitativa e quantitativa, tendo como base a realização de entrevistas semi-estruturadas tanto aos jovens como às suas famílias e a sua análise, havendo lugar também a uma análise de processos de forma a conhecer o tipo de população integrada no CAP. Através das entrevistas realizadas, podemos constatar que na generalidade a intervenção realizada pelo Centro tem um grau de elevada importância para a maior parte das famílias dos jovens que se encontram lá integrados.

Como referido anteriormente, é necessário compreender que intervenção familiar realizada no CAP é baseada na educação parental, devido a existência da necessidade de intervenção dos profissionais. Essa intervenção procura promover a melhoria das competências de higiene e saúde e organização financeira, sendo importante ter em atenção que a intervenção familiar tem de ser realizada com o objetivo de satisfazer as necessidades identificadas, bem como enaltecer todas as potencialidades internas (Núncio, 2013).

Não só para as famílias, mas também para as crianças e jovens a integração destes no CAP, foi bastante importante para os seus desenvolvimentos tanto sociais como escolares. Para conseguir conhecer e compreender as necessidades e integração dos jovens e das famílias foi necessário compreender as dimensões escolhidas para o estudo.

Assim, a primeira dimensão tem como objetivo geral caracterizar a população do CAP e a identificar o motivo da sua frequência. Aqui foi possível perceber que as crianças e jovens integradas compreendem a idade dos 7 aos 15 e que frequentam o centro devido ao baixo rendimento financeiro das famílias e a ausência de suporte familiar, tornando necessário haver, por parte do CAP, auxílio social e escolar.

Relativamente a segunda e a terceira dimensão, o objetivo geral é a compreensão da perceção das famílias e jovens sobre o impacto da intervenção do CAP nas suas vidas. Nestas dimensões, a nível geral, foi possível concluir que para as famílias houve melhoria no comportamento das crianças e jovens, uma maior integração dos mesmos na sociedade e perceção da importância e impacto dos apoios fornecidos pelo CAP, tendo assim as suas expectativas alcançadas de forma positiva. No que diz

respeito as crianças e jovens, foi possível concluir a perceção dos mesmos a nível de integração social e melhoria na relação familiar e a noção dos mesmos relativamente aos apoios fornecidos pelo CAP. Tendo em conta a análise das entrevistas realizadas com ambos os grupos, de maneira geral, todos enumeraram a questão do apoio ao estudo como a vertente que necessita de um maior desenvolvimento dentro do CAP, de modo a conseguir suprir melhor as necessidades da população alvo.

Tendo em conta a reflexão sobre as lacunas existentes durante a investigação, de forma em que investigações futuras sejam melhoradas, podemos referir a questão de apenas existirem dois Centro que realizem este tipo de intervenção. Depois de alguma pesquisa realizada, ambos se situam no Concelho do Barreiro, tornando impossível generalizar esta informação. Outro ponto que limitou a investigação, nomeadamente na análise dos dados, foi a dificuldades que as famílias e os jovens apresentaram no desenvolvimento das suas respostas às questões apresentadas.

É importante ressaltar que a realização desta investigação foi uma mais valia para o Centro de Apoio Preventivo, visto que se tornou possível ter conhecimento da opinião dos familiares, de forma a ser possível identificar os aspetos que podem ser melhorados, principalmente na questão do apoio ao estudo, pois foi a mais enumerada pelas famílias como sendo uma dificuldade. Propomos que seja criada uma área de estudo acompanhado, pelo que esta tem como objetivo que o educador seja *“um orientador de aprendizagem do aluno, ajudando-o a organizar o seu estudo, a adquirir métodos de trabalho, a investigar”* (Mergulhão, 2010, p. 21)

Concluimos assim que, as intervenções realizadas no meio social deve passar mais pela área preventiva, dando mais enfoque às entidades de primeira linha, de forma a que seja possível evitar as situações de risco. No que diz respeito à intervenção realizada pelo Centro de Apoio Preventivo, existe, também, a necessidade de ser mais aprofundada em alguns aspetos, nomeadamente o apoio escolar que surge como a maior necessidade dos encarregados de educação, bem como o alargamento do horário de funcionamento do CAP.

Referências bibliográficas

- Alberto, I. (2010). *Maltrato e Trauma na Infância*. (2ed). Almedina
- Ariès, P. (1978). *História social da infância e da família*. (2 ed.). Guanabara.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: compreender, intervir e prevenir*. APAV. https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf
- Baptista, C. (2020). *O sistema português de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade Direito da Universidade Católica Portuguesa]. <http://hdl.handle.net/10400.14/39339>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Camilo, C. & Garrido, M. (2003). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 3 (XXXI), pp. 245-268 <http://hdl.handle.net/10400.12/3369>
- Cassab, C. (2010). *Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução*. Locus.
- Cecconello, A. et al. (2003). Práticas Educativas, Estilos Parentais e Abuso Físico no Contexto Familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, pp. 45-54 <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>
- Comissão Nacional Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (CNPDP CJ). *Edição Comemorativa da Lei de Proteção da Infância de 27 de maio de 1911*. Coord. Poiares, C. (2010). <https://www.cnpdpj.gov.pt/documents/10182/14804/Edi%C3%A7%C3%A3o+Comemorativa+da+Lei+de+Prote%C3%A7%C3%A3o+da+Inf%C3%A2ncia/f4726737-b519-4d49-a7f3-59ab3eda4cae>
- Comissão Nacional Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ*. <https://www.cnpdpj.gov.pt/relatorio-atividades>

- Comissão Nacional Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (2022). Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Comissão Nacional Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo & Instituto da Segurança Social: Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Guia de Orientações para os Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Maus-Tratos ou Outras Situações de Perigo.
- Costa, F. (2020). *Perspetiva sobre os Maus-Tratos a Crianças e Jovens – Um Estudo de Psicologia Forense*. [Dissertação Mestrado, Faculdade Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. <http://hdl.handle.net/10437/10248>
- Coutinho, C. (2019). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanos – Teoria e Prática*. 2ª ed. Almedina
- Dantas, E. (2020). *Maus Tratos a Crianças e Jovens: Programa de Competências Parentais para Prevenção da Negligência*. [Projeto Licenciatura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa] <http://hdl.handle.net/10284/8817>
- Decreto-Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.
- Decreto-Lei n.º 164/2019 de 25 de outubro. Regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção e de proteção das crianças e jovens em perigo.
- Decreto-Lei n.º 12/2008 de 17 de Janeiro. Regime de execução das medidas de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo em meio natural de vida.
- Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de Setembro. Regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo.
- Despacho nº 31292/2008 de 5 de Dezembro. Aprovação do documento «Maus tratos em crianças e jovens – Intervenção da saúde»
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a Família na Perspetiva Sistémica: O Processo de Comunicação no Sistema Familiar. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, n.º 139-153
- Dias, S. (2018). *Medidas De Promoção E Proteção: Estudo Da Perceção Das Medidas E Da Resiliência Dos Pais Biológicos*. [Dissertação Mestrado, Instituto de Educação da Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/54695>

- Direção-Geral de Saúde (2013). *Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil*. <https://www.dgs.pt/pns-e-programas/programas-de-saude/saude-infantil-e-juvenil.aspx>.
- Duarte, M. (2010). *Perceções, sentimentos e receios de famílias de crianças com deficiência*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/15579>
- Duque, S. (2008). Maus-tratos que Intervenção? – A Abordagem da Psicologia Legal. <https://pt.scribd.com/document/3100666/MAUS-TRATOS-Que-intervencao-A-Abordagem-da-Psicologia-Legal>
- Einstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolesc Saude*; 2(2):6-7. <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v2n2a02.pdf>
- Fernandes, N. & Tomás, C. (2016). *Infância, direitos e risco(s): velhos e novos desafios identificados a partir da análise dos relatórios da CNPCJR (2000 e 2010)*. CICS.NOVA. <https://hdl.handle.net/1822/44473>
- Ferreira, J. (2010). Sistema de Proteção à Infância em Portugal – Uma Área de Intervenção e Estudo do Serviço Social. *Revista Katál*, 13(2), pp. 229-239. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200010>
- Fonseca, D. & Tomás, C. (2004). Crianças em perigo: O Papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. *Revista de Ciências Sociais*, Vol.47, nº 2, p. 383-408. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000200007>
- Fortin, M. (2009) *O Processo de Investigação: da conceção à realização*. Lusociência
- García, T. & Romero, L. (2019). *Trabajo Social com familias*. Alianza Editorial.
- Gomes, A. (2018). *Maus tratos: A negligência parental e a Proteção Social dos Menores: Uma visão sobre as conceções dos profissionais*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/6630>
- Gonçalves, M. & Sani, A. (2013). *Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Guerra, P. (2022). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. 5ª ed. Almedina.
- Leça, A., Perdigão, A., Laranjeira, A., Menezes, B., Velez, C., & Prazeres, V. (2011). *Maus-tratos em crianças e jovens-guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*.

Direcção Geral Saúde: Divisão de Comunicação e Promoção da Saúde no Ciclo de Vida.
https://www.spp.pt/UserFiles/file/Noticias/Guia_Maus_tratos.pdf

- Louro, C (2012). *Os maus-tratos a crianças: representações das crianças sobre a família e o risco psicossocial*. [Dissertação Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia]. <http://hdl.handle.net/10437/5009>
- Lustig, A., Carlos, R., Mendes, R., & Oliveira, M. (s/d). *Criança e Infância: Contexto Histórico Social*. <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR18.1.pdf>
- Machado, C. (2010). *Crianças e Jovens em Perigo e Risco: um estudo de caso sobre a CPCJ do Seixal*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/3986>
- Magalhães, T. (2005). *Maus-tratos em crianças e jovem*. Quarteto.
- Magalhães, T. (2010). *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*. Lidel.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronnfenbrenner em estudos com famílias. *Estudas e Pesquisas em Psicologia*, Nº 1. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006
- Meireles, C. (2008). *Níveis de Prevenção em Saúde*. Portal da Saúde. <http://portal.anmsp.pt/TrabCatarina/NiveisPrenvencao.htm>.
- Mergulhão, M. (2010). *As dinâmicas de Estudo Acompanhado num ATL (atendimento de tempos livres)*. [Dissertação Mestrado, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/2687>
- Neiva, V. (2014). *Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa]. <http://hdl.handle.net/10284/4285>
- Núncio, M. (2013). *Políticas de Família e Intervenção Social com Famílias*. ISCSP.
- Organização Mundial da Saúde. (2006). *Preventing child maltreatment: a guide to talking action and generating evidence*. [Em linha]. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43499/9241594365_eng.pdf;jsessionid=623B126F1104CC8225E4340ECBF9CCDA?sequence=1
- Pereira, P. & Santos, S. (s/d). *Conceptualização de Situações de Mau Trato: Da Lei de Protecção à Avaliação Psicossocial*.

- Platão (2010). *Platão: As Leis*. as-leis-incluindo-epinomis.pdf (wordpress.com).
- Quitério, C. (2012). *A Criança com Necessidades Educativas Especiais: Implicações na dinâmica familiar*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Psicologia da Educação da Universidade do Algarve]. <http://hdl.handle.net/10400.1/3279>
- Ramos, T. (2008). *A Intervenção na criança/jovem em risco –Um percurso a construir*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/22134>
- Reis, F. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos. Guia Prático*. 1ª ed. Sílabo
- Reis, V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco*. [Tese Doutoramento, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/11781>
- Ribeiro, C. (2009). *A criança na justiça. Trajectórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Almedina
- Rodrigues, A. (2020). *Os Maus-Tratos a Menores e suas Implicações Desenvolvimentais: Uma Revisão da Literatura*. [Dissertação Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/94606>
- Romudas, M. (2021). *Intervenção Centrada na Família: Olhar dos profissionais de uma equipa local de intervenção*. [Dissertação Mestrado, Escola superior de educação e ciências sociais do Instituto Politecnico de Portalegre]. <http://hdl.handle.net/10400.26/39699>
- Santos, R. (2019). *Modelo Ecológico (de Bronnfenbrenner)*. Knoow. [Modelo Ecológico \(de Bronfenbrenner\) - Knoow](#).
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: Casos Práticos*. Porto Editora.
- Serviço de Intervenção nos Comportamento Aditivos e Dependências [SICAD]. (2022). *Intervenção em crianças e jovens com processos de promoção e proteção e comportamentos aditivos e dependências. Manual*. SICAD. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Interven%C3%A7%C3%A3o+em+Crian%C3%A7as+e+Jovens+com+PPP+no+%C3%A2mbito+dos+Comportamentos+Aditivos+e+Depend%C3%Aancias/a79c58d8-6453-4fce-ae76-9b2d86fd4df2>
- Serviço Nacional de Saúde. (s/d). Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco (NACJR) do ACES. Ministério da Saúde. <https://www.ulsm.min-saude.pt/servicos/nacjr/>
- Silva, C. & Lopes, R. (2009). Adolescência E Juventude: Entre Conceitos E Políticas Públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da USFCar*, Jul-Dez, v. 17, nº 2, p. 87-106.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7733409/mod_resource/content/1/Adolesc%C3%A2ncia%20e%20juventude%20entre%20conceitos%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf

- Sousa, T., & Carvalho, M. I. (2015). Serviço Social com Famílias - Capítulo 8: Impacto da Violência Doméstica em Crianças e Jovens. Lisboa: PACTOR
- Tavares, A. (2022). *Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas situações de Risco e Perigo na CPCJ Gaia Norte*. [Relatório de estágio Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. <http://hdl.handle.net/10400.26/42714>

Apêndices

Tabela 1 – A perceção das famílias sobre as expectativas da intervenção do CAP

Dimensão	Questão	Unidades de Registo
A perceção das famílias sobre o impacto da intervenção do CAP nas suas vidas e dos seus educandos	Qual as suas expectativas em relação ao acompanhamento realizado pelo CAP ao seu educando e à sua família?	<i>“As minhas expectativas têm sido cumpridas em todos os sentidos”</i> <i>“Tenho gostado do serviço realizado com os jovens”</i> <i>“que o meu educando possa participar em diversas atividades que não lhe consigo proporcionar”</i> <i>“ver o melhoramento na vida e no comportamento da criança”</i> <i>“esperava um melhor acompanhamento ao estudo”</i> <i>“têm sido cumpridas, pois esperava um acompanhamento a nível escolar e na socialização dos meus filhos”</i> <i>“as minhas expectativas têm sido cumpridas, pois esperava que me ajudassem tanto com bons materiais como bens necessários, espero que o apoio continue”</i> <i>“a alteração na socialização da minha educanda e espero que continue em ascensão”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas às famílias integradas no CAP.

Tabela 2 – A perceção das famílias sobre o acompanhamento do CAP

Dimensão	Questão	Unidades de Registo
A perceção das famílias sobre do impacto da intervenção do CAP nas suas vidas e dos seus educandos	Após o acompanhamento do seu educando(a) pelo Centro de Apoio Preventivo, houve alterações?	<i>“Maior sentido de responsabilidade em termos gerais”</i> <i>“Melhorou significativamente as notas escolares e melhorou o comportamento”</i> <i>“Foi muito importante para o desenvolvimento escolar e social do meu educando”</i> <i>“Não houve grandes alterações, pois por vezes nota-se o mesmo comportamento e descuido com algumas atitudes da criança”</i> <i>“Sim houve algumas alterações, na forma como trabalhavam no início da integração em que facilitava mais a minha vida”</i> <i>“Sim, conseguem ter uma melhor socialização com os outros.”</i> <i>“Eram bastante introvertidos e conseguiram-se tornar menos tímidos e mais extrovertidos”</i> <i>“Atingiu as alterações que correspondiam às minhas expectativas... a socialização.”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas às famílias integradas no CAP.

Tabela 3 – A perceção das famílias sobre a intervenção do CAP

Dimensão	Questão	Unidades de Registo
A perceção das famílias sobre o impacto da intervenção do CAP nas suas vidas e dos seus educandos	Considera que a Intervenção realizada pelo Centro de Apoio Preventivo é uma intervenção adequada às necessidades das famílias?	<i>“Boa intervenção, porque nos ajuda com as crianças, desde os estudos, já que estamos a trabalhar e não temos tempo. São prestáveis e ajudam bastante”</i> <i>“A intervenção é positiva, pois mantém os jovens seguros, protegidos e orientados. Os técnicos são bastante atenciosos tanto comigo como com o meu filho e deixa-me descansada.”</i> <i>“Ajudou-me a conciliar a minha vida profissional com a vida pessoal. Foi bastante importante para o desenvolvimento geral do meu educando. Os técnicos são bons.”</i> <i>“Ajudou-me a controlar o estudo e comportamento do meu filho. No entanto não houve grandes alterações e são descuidados com atitudes da criança. Alguns técnicos, são por vezes desatentos e pouco tolerantes”</i>

		<i>“A intervenção é adequada, apesar de terem diminuído bastante as atividades. O apoio ao estudo poderia ser mais reforçado”</i> <i>“O CAP é uma mais valia para famílias mais carenciadas, e acho que fazem um bom trabalho, em relação aos meus educandos, acho que socializam mais. No entanto o horário de abertura tem sido um obstáculo para mim.”</i> <i>“O CAP é bastante importante para mim, pois não era capaz sem este apoio. Têm tido um ótimo acompanhamento a todos os níveis com os meus filhos. Considero que este apoio é uma mais valia.”</i> <i>“Sim é adequada, pois atingem o objetivo de ajudar as famílias e jovens que necessitam. Tem correspondido às minhas expectativas em relação à minha educanda. As técnicas fazem o possível mesmo com as dificuldades diárias.”</i>
--	--	---

Fonte: Entrevistas realizadas às famílias integradas no CAP.

Tabela 4 – A perceção das crianças e jovens sobre a intervenção do CAP

Dimensão	Entrevistas	Unidades de Registo
A perceção dos jovens sobre o impacto que CAP teve nas suas vidas e da sua família	Entrevista nº 1	<i>“A entrada no CAP foi positiva, porque estamos em contacto com outras crianças, fazemos atividades. Ajudou-me a concentrar nos estudos e a melhorar alguns comportamentos, aprender a respeitar os outros. Ajuda-nos com o transporte e a alimentação”</i>
		<i>“O CAP ajuda-nos com alimentação e muita coisa, fez com que melhorasse a minha atitude com a minha família e a interagir mais com os outros”</i>
		<i>“A entrada do CAP ajudou-me nos trabalhos de casa, com o transporte e com a alimentação. Não alterou o meu comportamento.”</i>
	Entrevista nº 2	<i>“O CAP ajudou-me a melhorar o meu comportamento, a melhorar as minhas notas, não mudei a maneira como lido com os outros. Acho que o CAP é importante porque ajuda os jovens.”</i>
	Entrevista nº 3	<i>“O CAP foi importante no apoio escolar, consegui melhorar a minha relação com os outros e fazer mais atividades”</i>
	Entrevista nº 4	<i>“É bom porque me fez estudar mais e fiz mais amigos.”</i>
	Entrevista nº 5	<i>“Há sempre alguém presente para nos ajudar e repreender se fizermos alguma coisa mal. Ajudam-nos a fazer os trabalhos de casa e auxiliam a minha mãe quando não pode ficar comigo”</i>

	Entrevista nº 6	<i>“O CAP é bom porque me ajudou a aproximar mais das pessoas e ajuda-me nos tpc.”</i>
		<i>“As monitoras ajudam-me com os trabalhos de casa, comecei a ser mais amigo dos meus colegas e tenho um lugar para brincar.”</i>
	Entrevista nº 7	<i>“É positivo devido às amizades que fiz, consegui deixar a timidez lado e ser uma pessoa mais comunicativa. É importante o apoio para a mãe conseguir fazer algumas coisas connosco”</i>
		<i>“A entrada no CAP foi benéfica, porque se não a mãe não poderia fazer as coisas que nós gostamos. No entanto eu continuo a ser a mesma pessoa de sempre não mudou nada”</i>
		<i>“Ajudou a mãe, ajudou-me a mim a relacionar melhor com as outras pessoas, ajudou-me na minha vida em geral.”</i>
	Entrevista nº 8	<i>“O CAP foi muito importante para mim, pois eu não conseguia socializar com os outros e agora já consigo. Fiz bastantes amigos e em casa consegui resolver as situações difíceis existentes.”</i>

Fonte: Entrevistas realizadas às crianças e jovens integradas no CAP.

Apêndice I – Consentimento Informado



Pedido de colaboração e Consentimento Informado

Investigação no âmbito do Mestrado de Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-estar

Eu, Patrícia Alagôa Ferreira, no âmbito da investigação do Mestrado de Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, encontro-me a realizar um estudo sobre a intervenção desenvolvida no Centro de Apoio Preventivo, do Instituto dos Ferroviários. Para o efeito, solicito a sua autorização para a realização de uma entrevista presencial.

Pretende-se contribuir para um melhor e maior conhecimento sobre esta temática, bem como melhorar a intervenção da referida instituição. Para tal, mostra-se necessário incluir neste estudo os jovens que frequentam o centro durante o primeiro trimestre do presente ano civil e as suas famílias.

Este estudo não lhe trará nenhuma despesa ou risco. Todos os dados recolhidos serão confidenciais e a sua identidade, juntamente com a do seu educando serão confidenciais e apenas serão utilizadas para a elaboração do presente estudo.

Eu, _____,
Encarregado(a) de Educação da criança/jovem

_____,
aceito que Eu e o(s) meu(s) Educando(s) participemos na entrevista referida acima e permito que os dados recolhidos sejam utilizados na investigação.

Data: __/__/__

O(a) Encarregado(a) de Educação

Apêndice II – Guião de Entrevista Semi-Estruturada às Famílias



Guião de Entrevista Semi-estruturada às Famílias

- 1- Considera que a Intervenção realizada pelo Centro de Apoio Preventivo é uma intervenção adequadas as necessidades das famílias? Porquê?
- 2- Na sua perceção, identifica necessidades que não são respondidas na intervenção do Centro de Apoio Preventivo?
- 3- Após o acompanhamento do seu educando(a) pelo Centro de Apoio Preventivo, houve alterações? Que alterações?
- 4- O que espera pelo acompanhamento realizado pelo Centro de Apoio Preventivo ao seu educando e à sua família?
- 5- Considera que o motivo que levou à sinalização do jovem está resolvido?
- 6- Na sua perspetiva, existe algum problema atualmente na sua família, que o Centro de Apoio Preventivo possa intervir, e que não o tenha feito até agora?
- 7- Qual a sua opinião sobre o acompanhamento dos técnicos do Centro de Apoio Preventivo à sua família?

Apêndice III – Guião de Entrevista Semi-Estruturada aos Jovens



Guião de Entrevista Semi-estruturada aos Jovens

- 1- Qual achas que foi o motivo que levou a iniciares a frequência do CAP?
- 2- Achas que a tua frequência no Centro de Apoio Preventivo ajudou-te na tua vida, nomeadamente no teu comportamento e personalidade? Porquê?
- 3- Achas que a tua frequência no Centro de Apoio Preventivo ajudou-te na tua vida, nomeadamente no teu percurso escolar? Porquê?
- 4- Achas que a tua frequência no Centro de Apoio Preventivo ajudou-te na tua vida, nomeadamente na forma como te relacionas com os outros? Porquê?
- 5- Achas que a tua frequência no Centro de Apoio Preventivo ajudou-te na tua vida, nomeadamente na forma como te relacionas com tua família? Porquê?
- 6- Consideras que a tua frequência no Centro de Apoio Preventivo foi benéfica para a tua família? Porquê?
- 7- Que atividades gostavas de realizar no Centro de Apoio Preventivo que não realizas?
- 8- Achas que o CAP é importante na vida dos que o frequentam?
- 9- Na tua opinião, o que mudarias no Centro de Apoio Preventivo?